O POVO DE AVEIRO

Semanario republicano

PROPRIETARIO E DIRECTOR Francisco Manuel Thomaz Christo

ANNO XXIX

Assignaturas, pagamento adeantado
Aveiro, anno, 1$200. Semestre, 600 reis. Fóra d'Aveiro: Portugal e colonias, anno, 1$800. Semestre 650. Extrangeiro, 2$500.
Redacção e administração—Rua d'Arnellas—AVEIRO

AVEIRO, 17 DE ABRIL DE 1910

Publicações
No corpo do jornal: a linha 40 reis. Annuncios (quarta pagina) cada linha 20 reis. Permanente mediante contracto.
Composto e impresso na Typographia do *Povo de Aveiro*.

Nº 1.356

Factos & Criticas

A questão Hinton é, no fim de contas, a eterna historia do paiz. Inconsciencia, imprevidencia, favoritismo, ignorancia e absoluta falta de civismo.

Sempre a mesma coisa: uma influencia extranha a impôr-se e os ministros, todos os ministros, acatando-a imbecilmente. E criminosamente.

Ou seja uma influencia nacional ou seja uma influencia extrangeira. Mais perigosa, se é extrangeira. Mas os mesmos processos, ou seja nacional ou extrangeira.

Surge uma creatura poderosa a pedir qualquer coisa. E não se indaga desde logo se o pedido é justo ou injusto, favoravel ou prejudicial aos interesses publicos. O que se procura, immediatamente, é servir os desejos da poderosa creatura. Para isso é preciso sophismar, chicanar, enredar? Não se hesita.

Nomeiam-se commissões para estudar o pedido. Submette-se o pedido a exame das repartições competentes. Mas tudo hypocrisia! Tudo maneiras de enganar os tolos! Por debaixo de mão *preparam-se os animos* para que das commissões e das repartições sáia a decisão que se pretende.

E' a eterna historia das coisas d'esta terra! São os processos eternos das quadrilhas politicas!

Em geral, *tudo corre no melhor dos mundos possiveis*. Os resultados são terriveis. Mas terriveis nos *effeitos geraes*. Mas terriveis para a ordem, a disciplina, a economia e a moralidade do paiz.

E isso passa, salvo a um ou outro espirito d'élite, inteiramente despercebido. Sente-se o mal geral, mais tarde. Ninguem o sabe diagnosticar nem separar d'outras doenças.

Mas de vez em quando sobrevem um obstaculo imprevisto. Um incidente, um conflicto. E eis a carrapata á luz do dia. Se é nacional, a coisa resolve-se com berratas e com os prejuizos já soffridos. Mas se é internacional, veem com ella as complicações diplomaticas, as notas comminatorias e as indemnisações do estylo. Então não se pagam só os prejuizos já soffridos. Pagam-se os erros ou o crime com novos prejuizos e com a humilhação ou a vergonha do paiz.

E' o que tem sido. E' o que é. E é o que será. Até que appareça uma opinião bastante forte pela cultura e pelo brio para pôr termo *á moral das quadrilhas*. Porque isto não é senão o fructo, aqui como em tudo, da moral das quadrilhas. Emquanto subsistir essa moral subsistem os mesmos processos, portanto os mesmos conflictos, os mesmos desastres, a mesma ruina. Ruina d'ordem moral e d'ordem material.

N'este caso Hinton apparece tudo compromettido. Foi sempre assim!

Berram os partidos da opposição mas só para entalar o partido do governo. Foi sempre assim! Os que berram não teem outro proposito senão deitar abaixo o que está de cimo. Foi sempre assim! Vão ao poder os que berram? Põem-se a berrar os que cahiram, como se não tivessem culpa alguma do succedido! Berram tanto ou mais do que berraram os que subiram. E com tanta razão como elles. Porque estes approvam logo quanto estavam reprovando, exaltam logo quanto estavam estigmatisando, affirmam logo quanto estavam negando. Emfim, quadrilhas. Com o cynismo, a desvergonha, a falta de consciencia de todas as quadrilhas.

Foi sempre assim. E ha de continuar sendo assim.

Vejam a falta de seriedade com que Affonso Costa, o rei dos bandidos, accusou o rei D. Carlos de ser o *causador de tudo*. Elle *não sabe*, começa por dize-lo, se D. Carlos se limitou a recommendar só com empenho ao governo o decreto de 1903, ou se deu a proposta *já feita* ao governo. Mas, *não sabendo*, affirma, em conclusão immediata e *logica*, que a *mão forte* do rei esteve, « por capricho, por affeição ou por outro motivo, *dentro do negocio* ».

Hinton offereceu a D. Carlos carabinas? Offereceu *nonas* á rainha D. Amelia? Pois é a prova do *grau d'influencia e da situação de intimidade, que, até contra o protocollo, chegou a gozar Hinton junto do rei fallecido e da sua familia*.

Isto demonstra, como tudo, a absoluta falta de sinceridade e de seriedade do bandido. E da sua quadrilha.

Isto demonstra, como tudo, o que toda a gente sabe n'este paiz, isto é, que estas questões são aproveitadas exclusivamente para o *jogo politico* das quadrilhas.

Não dizemos que D. Carlos não haja protegido Hinton. Não dizemos, mesmo, que não o haja protegido muito. Mas quaes são as provas? As espingardas e as *nonas*? Meras supposições?

Hintze Ribeiro protege Hinton. E' a *mão forte* de D. Carlos! Paçô Vieira protege Hinton. E' a *mão forte* de D. Carlos! Teixeira de Souza protege Hinton. E' a *mão forte* de D. Carlos! Protege-o Pequito, Espregueira, José Luciano, João Franco, Martins de Carvalho e Reymão. Sempre a *mão forte* de D. Carlos! Mas continua a protege-lo D. Luiz de Castro, Campos Henriques, Wenceslau de Lima, Moreira Junior e surge do tumulo, esqueletica, ainda a impôr-se, a *mão forte* de D. Carlos!

Que bandidos!

Não ha seriedade, sinceridade nenhuma n'estes bandidos. E por isso o paiz assiste indifferente a tudo. Os *hintões* repetem-se, n'uma successão crescente, ha cincoenta annos pelo menos. Mal acaba um, logo começa outro. Ainda não desappareceu de todo um e já no horizonte politico surge um outro. Porquê? Porque o meio que cria os *hintões* é sempre o mesmo. Porque permanece inalteravel a atmosphera em que medram os *hintões*. Porque é invariavel o ar que respiram os *hintões*. Meio, atmosphera, ar de bandidos. Os *hintões* teem um unico fim: servir de ariete ás quadrilhas que escalam o poder. Mas depois . . . *hintões* sempre, porque *hintões* . . . são todos elles. Ha só uma maneira de acabar com os *hintões*. Purificar o ar viciado da nossa politica. Acabar com esses focos epidemicos que se chamam quadrilhas. Dar seriedade aos homens e aos partidos. Sem isso, o paiz é victima constante d'um logro indecente. Indecentissimo.

Olha o Affonso Costa a chamar venaes e corruptos aos ministros!

Olha o Affonso Costa a impar de homem honesto!

Um logro indecente. Indecentissimo.

Ha tres dias recebemos de Coimbra um numero do *Instituto*, relativo ao mez de Abril de 1901, que não desconhecida nos enviou. Folheámos. Era para vermos, observarmos um artigo que o Rachado n'elle publicou. E entre muitas coisas interessantes, achámos esta, que só por si tem o valor de um evangelho. **Uma instituição nova, por melhor que seja o seu fim, é um novo foco d'esbanjamentos e escandalos.**

Isto, ainda que todos os seus adeptos sejam pulhas de bem! Que fará sendo os pulhas refinados e desavergonhados, como o Affonso Costa, Unha e Gosta, e tantos outros, em numero superior, muito superior aos pulhas de bem!

Que logro! Que logro indecente! Que indecentissimo logro!

Continuamos a pedir aos nossos assignantes que façam acompanhar do numero da assignatura as suas reclamações.

Estamos reformando todas as nossas cintas, d'accordo com as indicações da direcção geral dos correios, a fim de tornar facil e segura a expedição. Isto, junto a outros serviços de escripturação a que estamos procedendo, indispensaveis para a completa regularidade da nossa administração, póde produzir de momento algumas irregularidades. D'ahi o tornar-se mais necessaria ainda toda a CLAREZA E FACILIDADE nas reclamações.

Por se ter atrazado a impressão do volume sobre a revolta do Porto que temos annunciado, continua aberta a inscripção dos assignantes que o pretenderem.

Preço da assignatura; 700 réis, franco de porte.

Não pode ser

Não pode ser. Isto não pode continuar assim. E' preciso pôr cobro a esta desordem. E' preciso inspirar confiança a nacionaes e extrangeiros. E' preciso que todos possam contar com o dia de amanhã.

Não pode ser.

Ha um facto que prova bem a falta de confiança, a falta de credito de Portugal no extrangeiro: é a demora do casamento do rei.

Que o senhor D. Manuel case ou não case, que case depressa ou que case de vagar, que case com uma princeza ingleza ou com uma princeza austriaca, é facto que não nos importa, como homem e como cidadão. Mas o que, como cidadão, nos importa e muito, é a causa d'essa demora.

Porque não casa, porque não casou ainda o rei D. Manuel? Evidentemente porque ninguem tem confiança no throno nem em coisa alguma d'esta terra.

Sim, em coisa alguma d'esta terra. Se faltasse só a confiança no throno seria o menos. Mas falta a confiança na monarchia, falta a confiança na republica, falta a confiança no tino, no senso, no caracter portuguez.

D'isso é que os republiqueiros podem ter a certeza. Elles julgam, imbecis! que fizeram perder somente a confiança na monarchia, mas fizeram-na perder tambem, e sobretudo, na republica. E sobretudo na republica!

A Europa vê, vê o mundo, que a monarchia pode cahir d'um instante para o outro. Mas o que succede á monarchia, no conceito da Europa, no conceito do mundo? E' a republica? Não. E' a anarchia, é a desordem, é a mais absoluta insensatez.

No que a Europa, no que o mundo não acredita, antes de tudo e acima de tudo, é no juizo portuguez. Isto é para elles um povo sem rei nem roque. Isto é para elles um pouco meio selvagem, meio imbecil.

Injustificadamente? Não. Com motivos. Com razões de sobra.

Em toda a parte ha desordeiros. Todos os povos teem atravessado periodos de crise e de abatimento mais ou menos profundos. Mas este espectaculo de republicanos sem força em face dos monarchicos, e dos monarchicos sem força em face dos republicanos, mas, especialmente, esta alliança, este accordo tacito, na exploração d'um povo, entre monarchicos e republicanos, é que nunca se viu.

Nunca se viu!

Tem-se visto na historia monarchias succumbirem a uma força revolucionaria. Mas monarchicos, com força, ou podendo ter immensa força, ajoelharem deante de republicanos, com menos força, com muito menos força, quasi exclusivamente com a força que lhes provem dos erros dos monarchicos, nunca se viu. Nunca se viu! Isso prova, simplesmente, como estamos fartos de o dizer, que é manifesto o accordo entre monarchicos e republicanos. Isto é, que não ha monarchicos. Que ha comedores. Simples comedores. Bandidos. Simples bandidos.

E' isso que nos desacredita. Que nos perde, no conceito do mundo.

A Europa vê perfeitamente, vê-o todo o mundo, ou vêem-no as chancellarias, que é o importante, que nem ha republicanos nem monarchicos sinceros n'esta terra. Os republicanos querem, sim, a republica. Mas querem-na simplesmente para *comerem mais do que comem*. Para explorarem mais do que exploram. Para roubarem mais do que roubam. Elles já comem, já exploram, já roubam, e de grande, com consentimento dos monarchicos, ou, melhor, dos que se dizem monarchicos. Mas querem *comer mais*. Querem *explorar mais*. Querem *roubar mais*.

A obra republicana n'esta terra —já não ha sombra de duvida a tal respeito—é uma obra, toda ella, de ganancia, d'exploração, de puro banditismo. Não é uma obra de patriotismo, nem uma obra de principios. Não se pretende a republica pelo nobre ideal de servir a patria ou pelo nobre ideal de servir a democracia. Pretende-se a republica pela baixa aspiração da vaidade e do interesse. O Bombardino, o Rachado, quer ser presidente da republica. E' n'elle mais do que uma ambição. E' já uma allucinação. E Affonso, Alexandre Braga, Unha e Gosta, Arthur Leitão, toda a corja similar de pulhas e malandros, querendo a republica tambem por vaidade, por estulta e ridicula vaidade, ainda mais a querem por ancia de dinheiro, porque são a nata dos ladrões, a quinta essencia dos bandidos.

Em face d'elles, o que fazem os monarchicos? Deixam correr. Porquê? Porque não são monarchicos. Porque são simplesmente bandidos, como os outros.

Elles esmagavam n'um instante a desordem republicana. Não ha, verdadeiramente, um partido republicano em Portugal. Ha uma desordem republicana. Attendam, ha uma desordem republicana!

Ora a força da desordem proveio sempre, unicamente, da *fraqueza da ordem*. E não lhes pareça, a todos que nos lerem, esta affirmação um pouco á moda das affirmações calinas que o Bombardino deixou a esmo espalhadas pelas *Notas d'um Pae*. Todos percebem onde queremos chegar. Se houvesse monarchicos em Portugal, homens com convicções, com a seriedade, com o caracter que dão as convicções, ha muito que a desordem republicana teria sido desfeita a pontapés. Mas se elles, os monarchicos, tanto se importam que haja republica como que haja monarchia? Se houver republica, serão logo republicanos. Emquanto houver monarchia, vão sendo monarchicos.

Este é que é o criterio d'essa corja. *Não vale ralar*. Para quê? Não vale a pena estar de mal com os republicanos. Para quê? Vae-se com a corrente. Vae o barco desarvorado? Deixa-lo ir. Elle ha de ir parar a algures. Não ha penhascos na praia. Nem cachopos no mar. Tomba o barco. Ou espeta-se na areia. Mas salvam-se as vidas. Se Deus quizer, não haverá perigo!

Uma sucia de bandidos. Como taes vistos e classificados em todo o mundo culto.

Contra isto não ha senão um remedio: é imporem-se, á tesa, todos os homens de juizo. Ainda restam homens de juizo. Ainda restam homens de caracter. Em terras de Portugal, por Deus, ainda ha portuguezes. Imponham-se! Saccudam essa inercia detestavel! Accordem essa energia que dormita!

E' preciso ver que estamos aqui ás ordens de cinco ou seis duzias de malandros. Olhem que não são mais! Então quantos são os malandros? Contem-nos!

Ah, com a breca, só um d'elles tem feito tremer *o paiz todo*. Pois não é verdade? Digam lá que o Borracho não tem feito tremer *o paiz todo*. Digam lá que ainda hoje se não borram os proceres deante d'elle. E o que vale esse bandalho? O que vale? E' um valentão de pechisbeque. E' uma carcassa apodrecida.

Que vergonha, um paiz inteiro coacto deante d'esse pulha! A tremer, em frente d'essa besta!

Quem são os outros? O Alpoim? Coitado! Se escorregar n'uma casca de laranja e estender no chão o corpanzil, lá fica estendido!

Esse lembra-me o dicto d'um alferes que conspirou commigo quando eu tambem era alferes. Falava-se na maneira de impedir certos officiaes, que nos eram hostis, de tomarem parte activa na decantada revolução republicana. Chegou-se ao coronel de tal. E o meu socio na conspiração advertiu: "Esse, basta prender-lhe o burro a uma arvore. E lá fica!„

Era um pobre tropego. Berrava muito. Mas não tinha pernas. Nunca montava nem se apeava, sem auxilio do impedido. Como o São Jorge! De maneira que o alferes dizia bem, com espirito: *Prende-se-lhe o burro a uma arvore. E lá fica!*

Pobre Alpoim! Assim és tu, meu velho! Tão gordo, tão tropego, tão gottoso, se escorregas n'uma casca de laranja e estendes no chão o corpanzil . . . lá ficas!

Quem mais? O fedorento Affonso Costa? O biltresito que rapou as barbas antes de entrar na gloriosa revolução do 28 de janeiro? Só isto, n'um paiz de gente, seria... uma psychologia!

O biltresito, que depois entrou a cheirar mal no governo civil?

O biltresito que, parlapatão nojento, *snob* ridiculo, escreveu, a comer beefs, aquellas celebres *Memorias do Carcere*, no Carmo, no Cabeço da Bola ou na Bola da Cabeça?

E quem mais? Quem mais?

Tudo assim. Ao todo, tres duzias, quatro duzias, o maximo seis duzias de malandros!

Ah, com a breca! E seis duzias de malandros a cavallo em cinco milhões de habitantes!

Cinco milhões de habitantes albardados á ordem de seis duzias de malandros!

Officiaes do exercito, padres, professores, industriaes, negociantes, capitalistas, medicos, advogados, lavradores, de freiosinho nos dentes, com o Borracho, o Affonso Costa, o Unha e Gosta, o Alexandre Braga, o França Borges, o Alpoim, o Centeno escarranchados no lombo! E obedecendo-lhes á espora, que é um gosto!

Parece impossivel! E' que parece impossivel! Como é isto? Porque extraordinario phenomeno se dá isto? Que paralysia de cerebro! Que automatismo de pensamento!

Porque o Borracho *não quer*, porque *não quer* o Affonso Costa, Alexandre Braga e os outros, não vive a industria tranquilla, não faz o commerciante o seu commercio á vontade, não faz o lavrador a sua colheita descançado, e não dorme o militar uma só noite socegado.

Porque tres duzias de malandros berram, anda um paiz inteiro, annos seguidos, em continuo sobresalto.

Até parece um conto das *Mil e Uma Noites!*

Nem o rei arranja noiva!

Ah, rico senhor D. Manuel, que se eu fosse rei, não só tinha noiva, como já tinha feito á noiva e a elles, ha muito tempo . . . o que só ao ouvido de Vossa Magestade eu lhe poderia dizer!

Não tenha a menor duvida a tal respeito, meu senhor!

A questão do pão

Sr. Director do *Povo de Aveiro*

A generosa isenção de V. acolhendo as minhas considerações sobre uma momentosa questão agricola impõe-me o dever de demonstrar a exactidão de quanto affirmei a proposito da inconsciencia de um sabio hortelão e um lavrador pratico, bem como da insufficiencia de esclarecimentos que V. tem do assumpto de que se trata.

Sigamos, porem, o preceito: *A tout seigneur tout honneur*.

V. protesta por que Portugal seja o paiz que em todo o mundo civilisado paga o seu pão por mais elevado preço.

Julgo que V. tem sobeja rasão para os seus protestos.

Mas tende V. a attribuir *principalmente* á lavoura nacional a responsabilidade d'este facto, persuadindo-se de que ella se locupleta com exaggerados interesses, explorando com escandalo ao consumidor sob a criminosa protecção das pautas aduaneiras, ou, pelo menos, que descura desleixadamente, e confiante na supradita protecção, os meios de produzir mais barato.

Somente n'esta ultima parte V. tem alguma justiça na accusação da lavoura.

V. sabe muito bem o preço por que o lavrador portuguez vende o seu trigo ao moageiro, nem isso constitue segredo para alguem.

V. saberá provavelmente que a generalidade dos trigos panificaveis, ditos molles, susceptiveis de cultura nas terras de typo commum no paiz pesam em media 78 kilogrammas por hectolitro. Raramente chegam ao peso de 79 kilos e mais raramente attingem 80 kilos.

O preço da tabella official, á qual o lavrador tem de cingir-se, é para os trigos communs indicados (com 78 kilos) de 69 rs. por kilogramma sujeito a despesas de transporte e outras que não são inferiores a 4 rs. por kilogramma.

Na localidade onde escrevo o commercio da especialidade não paga mais de 63 reis. Mas admitamos para a demonstração as condições mais favoraveis para o lavrador com o preço de 6$500 reis por quintal metrico. Não sómente é caro este preço: E' até carissimo.

Tenho aqui presentes as *mercuriales* publicadas na ultima semana por uma das mais conceituadas revistas francezas que do assumpto se occupam. N'ella se vê que as medias dos preços da maior parte dos mercados franceses pouco excedem 24 francos por q. m. ou seja em numeros redondos 4$705 reis. Nos mercados allemães, hungaros e italiano, são um pouco mais elevados e respectivamente 5$919, 5$488 e 5$782 reis. Do confronto d'estes algarismos se evidenceia que o trigo portuguez é mais caro por quintal metrico 1$795 reis do que o preço mais baixo e ainda mais caro 581 reis do que o preço mais alto de todos os mercados europeus que estabelecem cotações.

E' incontestavel o facto.

Mas continuemos o exame da referida tabella por que é elucidativo:

Diz ella sob a rubrica — *Halles de Paris — Farines de consomation*.

Farinhas de 1.ª escolha ou classe — por 100 k.os 35 francos 33 c. ou seja em numeros redondos 6$925 reis.

Com estes dados vejamos agora as condições de laboração e as tabellas de preços da industria moageira nacional.

Do que se passa nas fabricas da metropole não sei eu nem é facil a alguem saber, pois de fonte segura me consta que os seus proprietarios zelosamente tratam de affastar d'ellas os curiosos, o que dá curso a pavorosas suspeitas. Lembro-me eu de ser voz corrente que uma importantissima fabrica d'essas moa, e moerá porventura ainda, quantidades colossaes de casca de arroz cujo destino era um mysterio.

Do que, porem, se passa n'este ponto provinciano onde mais de uma fabrica de moagem está em activa laboração, posso informar com absoluto conhecimento de causa e sem receio de contestação.

Cada quintal metrico de trigo entrado na fabrica dá o seguinte resultado depois de lotadas convenientemente as farinhas para a venda:

Perda na limpeza do grão	%	1,5
Outras perdas na manipulação das farinhas (maximo)	%	0,5
Farinha de 1.ª	%	33
Farinha de 2.ª	%	35
Farinha de 3.ª	%	8
Farello de 1.ª	%	10
Farello de 2.ª	%	12
		100,0

A tabella de preços de venda, que indica realmente os preços por que a mesma venda se faz é a seguinte:

Farinha de 1.ª	100	rs. o k.º	33	×	100	= 3$300
Dita de 2.ª	90	rs. o k.º	35	×	90	= 3$150
Dita de 3.ª	82	rs. o k.º	8	×	82	= 656
Farello de 1.ª	35	rs. o k.º	10	×	35	= 350
Farello de 2.ª	30	rs. o k.º	12	×	30	= 360
						7$816

O moageiro faz aos melhores freguezes um desconto de 4 % ficando por isso reduzida a conta a rs. 7$512 em numeros redondos.

O moageiro paga, pois, o cereal a 6$500 réis na peor hypothese para elle, e vende o producto farinado por 7$512 réis, retirando, portanto, para pagamento da laboração e seu interesse 1$012 réis em quintal de trigo que compra e fabrica, com um interesse positivo de 75 % d'esta quantia.

Um negocio que poderia dizer-se da China, se não fôra genuinamente portuguez. Para demonstração basta fazer a comparação proporcional dos preços dos moageiros francezes com os preços da industria portugueza.

V. tem carradas de razão no seu protesto: o pão é carissimo em Portugal: o lavrador tem *actualmente* alguma responsabilidade n'esse facto — que ouso esperar alijará dentro de pouco tempo, — mas essa responsabilidade não é principalmente sua, mas das condições que lhe impõem, como demonstrarei, se V. não julgar fastidiosos estes esclarecimentos.

X.

Um negocio da China!

Vejamos: mas porque não organisam os lavradores uma grande fabrica de moagem?

Eu n'estas coisas, sabe, regulo-me acima de tudo pelo meu criterio. N'estas coisas! N'estas

coisas e em tudo. Eu tenho ouvido falar tantas vezes no lucro fabuloso dos moageiros, que não cesso de a mim proprio perguntar: *mas havendo tanta gente rica n'este paiz, porque se não fundam para ahi grandes fabricas de moagem?*

E' singular!

Porque não fundam, sobretudo, essas fabricas, os lavradores, que são os que mais falam? Ou individualmente — ha muitos riquissimos — ou collectivamente, era negocio a tentar! Setenta e cinco por cento! Com a breca, que é dinheiro!

Tenho presente o ultimo numero da revista franceza *La Meunerie Française*. Sou assignante de varias revistas. Revistas litterarias, scientificas, artisticas, industriaes, e d'estudos economicos e sociaes. Gosto d'estar, mais ou menos, em dia com tudo. Como a questão do pão é muito importante, eu quiz ser assignante tambem d'uma revista de padeiros e moageiros. E assignei a revista franceza *La Meunerie Française*. Sou assignante d'ella ha uns poucos d'annos. E vejo, pelo ultimo numero, que a media do preço do trigo em França, no mez de março findo, foi de 24 francos e 70 por quintal metrico. em Berlim, de 27,73, em Londres, de 20,75, em Budapesth, de 28,29. No mercado italiano não fala. Ora tomando o franco ao par, não se pode tomar d'outra forma para calculos d'esta natureza, conclue-se que o preço do trigo nos principaes mercados extrangeiros é um pouco inferior ao preço que lhe attribue o nosso correspondente. Mas como fica assignalada, e bem assignalada, a notavel superioridade do preço do trigo portuguez sobre o preço do trigo extrangeiro, a differença que registamos não tem importancia para o caso.

Outro tanto não succede com o preço porque, segundo o nosso correspondente, o moageiro *adquire* o trigo portuguez em Portugal. Ahi é que ha uma differença e uma differença muito grande.

Dois preços se podem considerar em relação a esse trigo. O preço official. E o preço extra-official. O preço official—di-lo o nosso correspondente, e, como elle proprio o consigna, toda a gente o sabe —é de 69 reis para o trigo com o peso especifico de 78 kilogrammas. Supponhamos que as despesas de transporte e outras não são, realmente, inferiores a 4 reis por kilogramma. São. Para a maior parte dos trigos do sul do paiz, região cerealifera por excellencia, são. Mas supponhamos. Ficam os 65 reis por kilogramma ou 6:500 por quintal metrico. Mas é esse o preço porque o compra o moageiro?

Alto lá. Ahi ha engano. Mas engano manifesto. Como cahiu o correspondente n'esse engano? Então o moageiro paga o trigo a 65 reis ou paga-o —preço da tabella—a 69 reis? Então o correspondente, para fazer o calculo dos lucros do moageiro, vae tomar o preço porque o trigo fica no *Mercado Central* ao lavrador? Basta isso para lhe mostrar, e a todo o mundo, quanto os calculos estão errados. O trigo ficará ao lavrador, no Mercado Central,por 65 reis ou pelo preço que quizer. Mas o moageiro é que o não retira de lá sem o pagar a **69 reis.**

Não contando as despesas de transporte para a fabrica. Despesas de transporte e outras accessorias. Que, para as fabricas de fóra de Lisboa, ainda são relativamente grandes.

Por esse lado, pois, isto é, relativamente ao trigo manifestado, o correspondente tomou, para o seu calculo, uma base *manifestamente errada*. Mas se sahirmos do *Mercado Central*, e formos procurar o preço do trigo *não manifestado*, o erro subsiste da mesma forma.

Pois porque não manifesta o lavrador o trigo, em geral? Para o vender mais barato que o preço da tabella? Não. Naturalmente, e muito naturalmente, para o vender mais caro. A não ser o pequeno lavrador, o lavrador pobre, e na epocha das colheitas.

Para o vender mais caro! E por isso faz uma guerra diabolica, exgotado o trigo manifestado, á importação do trigo exotico. Allegando, sempre, que ainda ha trigo e muito trigo em Portugal.

O commercio da localidade do correspondente só o paga a 63 reis o kilogramma? Mas qual commercio? O negociante? O moageiro? Nós não queremos duvidar da palavra da pessoa que nos escreve. Não a conhecemos, mas é o mesmo. A nossa obrigação é discutir sinceramente, lealmente, de boa fé. Qual commercio? O moageiro? O negociante? Se é o negociante, por quanto o vae vender elle, depois, ao moageiro?

Nós temos por costume, quando entramos em qualquer questão, estuda-la o melhor possivel. Convencemo-nos um dia de que havia n'esta terra duas questões capitaes, essenciaes.Tão capitaes, tão essenciaes, que, sem serem resolvidas, não haveria maneira de dar um passo.

Ou Portugal as resolve, dissémos a nós mesmo, ou Portugal morre.

Essas duas questões eram, e são, a questão do caracter e a questão do pão. Questão do pão do espirito e questão do pão do corpo. O povo portuguez precisa de caracter. E atirámo-nos denodadamente a todos os charlatães, exploradores, especuladores, traficantes, vendilhões, tratantes, que desnaturam este povo com imitações pelintras, que o envenenam com mentiras e hypocrisias de toda a natureza. O povo portuguez precisa d'instrucção. E não nos limitámos a prégar. Estudámos methodos d'ensino em Portugal, estudámos methodos d'ensino extrangeiro, pozemo-nos a par do estado da instrucção em Portugal e no extrangeiro. E como não somos um simples theorico, um palrador, um rhetorico banal, fizémo-nos mestre-escola e suámos, como mestre escola dedicado e zeloso, a ensinar. O povo portuguez precisa de comer. E estudámos o preço e as condições da alimentação no extrangeiro, o preço e as condições da alimentação em Portugal, a razão porque era mais barata no extrangeiro do que em Portugal. E entrámos por casa dos lavradores. E entrámos por casa dos moageiros. E entrámos por casa dos padeiros. E pedimos informações. E perguntámos. E vimos, com os nossos proprios olhos, o que se fazia, como se fazia, porque se fazia. Emfim, n'uma palavra, estudámos.

Ora mantendo essa orientação, e seguindo esse caminho, já indagámos esta semana do preço porque tem sido offerecido o trigo ao moageiro. Vimos documentos authenticos, indubitaveis, de valor real.

Um negociante d'uma terra do Alemtejo, offerecia uns poucos de wagons de trigo molle, em 27 de novembro de 1909, a *70 reis o kilo*, posto na estação do caminho de ferro da *sua localidade*. Um outro, d'uma terra do districto de Santarem, offerecia-o, em 26 de janeiro de 1910, *a 76 reis o kilo*, posto na estação da localidade da fabrica de moagem á qual era feita a offerta. Excellente trigo molle, dizia elle. Um outro, em 23 de março findo, do districtos de Portalegre, offerecia-o a *73 reis o kilo*, trigo molle, posto na estação da *sua localidade*. Emfim, em 11 d'abril corrente, por *trigo regular*, um outro, do mesmo districto de Portalegre, mas já d'outra localidade, pedia *mais dez reis* alem do preço da tabella, posto na estação da *sua localidade*.

Então, ou se trate de trigo manifestado, ou de trigo não manifestado, como é que se ha de tomar por base o preço de 6$500 réis por quintal metrico, para o calculo dos lucros do moageiro, como pretende o nosso correspondente?

Sejamos verdadeiros. Que nós, pelo que nos toca, não queremos senão a verdade.

Estudámos, em tempo, muito esta questão. Fizemos, então, um calculo analogo ao que faz agora o nosso correspondente. E sem nos lembrarmos já de tudo, o que nos pode levar a algum erro, tentaremos, no emtanto, repetir o calculo.

A base do preço do trigo, média para a generalidade dos moageiros em Portugal, não pode ser inferior a 7$000 reis por cada quintal metrico, pelas razões *incontestaveis* atraz mencionadas. Ha uma coisa, pelo menos, que todo o mundo percebe. Ainda o mais ignorante das questões d'esta ordem. Se o trigo fica no Mercado Central por 6$500 reis ao lavrador, como ha de ficar ao moageiro pelo mesmo preço nos seus armazens, comprando-o o moageiro, no mesmo Mercado Central, a 6$900 réis? Trigo de 78 kilos, é claro, que d'esse estamos tratando.

Tambem a perda na limpeza do grão não pode ser só de 1,5. Se a propria lei auctorisa 2 por cento de materias extranhas nos trigos manifestados, se toda a gente sabe que as impurezas do trigo nacional são enormes, como ha de este perder só 1,5 por cento na limpeza e na moagem?

E 76 por cento de farinha nos trigos de 78 kilogrammas? E' demais.

Emfim, pelo estudo directo que fizemos da questão, parece-nos o calculo seguinte mais exacto.

Supponhamos a installação d'uma fabrica de moagem para 30:000 kilos de trigo em 24 horas. Nem é muito, nem é muito pouco. Ninguem dirá que um estebelecimento d'esses: edificio, armazens, machinismos, etc., capital para comprar trigos e fazer girar o negocio, empate menos de 300 contos de réis. E' pouco. Mas supponhamos. O juro de 300 contos de réis, a 6 %, são dezoito contos de reis, ou 60$000 réis por dia para 300 dias de trabalho.

Admittamos, como base, o trigo com o peso especifico de 78 kilogrammas. Não a 6$500 reis, o que é impossivel, já demonstrámos, mas a 7$000 reis.

Teremos, para 100 kilos:

Farinha de 1.ª	30 o/o a 100 réis		3:000
Farinha de 2.ª	34 o/o a 90 »		3:060
Farinha de 3.ª	8 o/o a 82 »		656
Cabecinha	3 o/o a 40 »		120
Semeas	22 o/o a 26 »		572
Quebra	3 o/o		
			7:408
	100	desconto de 4 o/o	296
		Liquido	7:112

O moageiro, pois, paga o cereal, não a 6:500 réis — o que é inteiramente impossivel — mas a 7:000 réis. Vende o producto farinado, não a reis 7:512, mas a 7:112 réis, e nem mesmo assim *cumpre a lei*, isto é, não tira as percentagens de farinha *a que o obriga a lei*, porque se as tirar já não consegue attingir os 7:112 réis. Logo, n'uma moagem de 100 kilos de trigo o seu lucro total não é de 1:012 réis, mas de 112 réis, ou de 33:600 réis n'uma moagem de 30:000 kilos. Multiplicando 33:600 réis por trezentos dias de trabalho, temos 10.080:000 réis. Mas como elle tem de pagar, só de juro do capital empregado na sua empreza, 18 contos de réis, o famoso negocio da China fica reduzido *a um prejuizo* de 7.920:000 réis, accrescido com toda a despesa da laboração da fabrica: pessoal, combustivel, lubrificação etc., o que dá mais uns poucos de contos de reis.

Isto não é um calculo phantasista. Isto é um calculo verdadeiro. Se não *rigorosamente* verdadeiro para todas as circumstancias, muito mais approximado, em media, da verdade, que o calculo do nosso correspondente.

Mas perde, de facto, o moageiro treze, quatorze ou quinze contos de réis? Não, porque o deve salvar d'isso o trigo extrangeiro. Nós estamos fazendo o calculo, como o fez o correspondente, sobre o trigo nacional. De outra forma *perderia*, ou, para não perder, teria de recorrer, *em larguissima escala*, ás falsificações.

A casca d'arroz *não pode, de forma alguma*, deveria sabe-lo o correspondente, ser empregada na farinação. Só quem não sabe nada d'isso, e o correspondente sabe, pode inventar mistura de kaolino,de casca d'arroz e d'outras porcarias na farinação. Mas poderia—e não sabemos se algumas fabricas o fazem—ser misturado com o trigo, em pequena percentagem, o centeio, por exemplo. E só isso daria um grande interesse ao moageiro. Ponhamos, porem, agora de parte essa hypothese e vamos ao negocio licito e corrente.

Sem o trigo extrangeiro, o prejuizo do moageiro seria um *facto inevitavel*. E tanto toda a gente o sabia, incluindo o lavrador, que a lei, feita, por assim dizer, *pelos lavradores*, poz um especial cuidado em que o trigo exotico não ficasse, no Tejo, a mais de 60 reis o kilo! Para quê? Para dar, de mão beijada, dez reis de lucro, em cada kilo, ao moageiro? Para o enriquecer, assim, de boamente? Não. E' evidente. Não foi para lhe dar lucros de mão beijada, não foi para o enriquecer, foi para o compensar, simplesmente. Isto é claro. Isto é evidente. Não foge a um raciocinio são e direito.

Na verdade, admittindo que o trigo nacional chegue só para oito mezes, media approximada da verdade, —umas vezes chega para mais,outras vezes chega para menos— e partindo do principio de que a fabrica da nossa hypothese precisa de nove milhões de kilos de trigo para a sua laboração, um terço, isto é, 3 milhões, a 10 réis, daria ao moageiro um lucro bruto de *trinta contos* no fim do anno. Não seria tanto, porque accresceriam, aos 60 réis, as despesas necessarias para o trigo ser transportado do Tejo até aos armazens do moageiro. Mas admittamos. Em qualquer caso, ficaria coberto, e bem coberto, o prejuizo dos treze, quatorze ou quinze contos de réis.

N'outro dia dizia-me alguem: o moageiro Fulano ganhou, no anno de tal, oitenta contos de reis. Mas, em primeiro logar, o moageiro Fulano não é só moageiro. E', tambem, como todos os grandes moageiros, *negociante de cereaes*. Em segundo logar, o moageiro Fulano não pode trazer em gyro menos de mil contos do seu capital. Ora quanto é o juro de mil contos de reis? O moageiro Fulano é rico, tem capital seu, que herdou ou que adquiriu no *tempo das vaccas gordas*. Mas supponhamos, unica hypothese, outra vez, admissivel, que o não tem. Pagaria de juros sessenta contos de reis. Para oitenta faltam vinte, que seriam o seu lucro de *negociante de cereaes* e moageiro. E' bom? E' bom. Mas qualquer negocio de mil contos dá esse lucro e *muito mais*. Onde está ahi o el-dorado? Onde está ahi o negocio da China?

Emfim, isto vae longo. Ainda ha muito que dizer. Mas ficará o resto para outra vez, depois do nosso correspondente replicar.

Perguntam-nos do districto da Guarda se queremos informações sobre um tal Julio Ribeiro, inspector do sello, e um tal Alberto Silva, borrabotas que se diz, parece, redactor d'uma gazeta regeneradora teixeirista.

A pergunta, só por si, indica de tal forma que se trata de tão preciosas joias que nos apressamos a responder: *sim, senhor.*

Venha de lá isso.

HINTON

Eu não percebo nada da questão Hinton. Mesmo nada. Porque, positivamente, para perceber uma questão não basta ouvir falar sobre ella os nossos parlamentares e escrever sobre ella os nossos jornalistas. Antes, é motivo para *deixar de perceber*, se, porventura, alguma coisa se percebia.

Toda a gente conhece a *absoluta falta de lealdade* com que se discute em Portugal. E a *absoluta falta de verdade*. O parlamentar portuguez e o jornalista portuguez nunca teem em vista a verdade. O seu proposito nunca é esclarecer. E' *escurecer*.

Nunca é desbravar o caminho que conduz á verdade. E' enche-lo d'obstaculos, de maiores obstaculos, emmaranha-lo, cobri-lo de alçapões, arma-lo de sophismas, arma-lo de ciladas, de forma que todo o mundo tropeçe e caia.

Eu só tinha uma maneira de conhecer essa questão: era ir á Madeira e estudar ahi as condições economicas e as condições agricolas da ilha. E não hesitaria um instante em o fazer, se fosse parlamentar.

Como não sou, fico-me ... a 29, para não arrebentar.

N'esta attitude, inclino-me a crer que ha patifaria grave no tal caso do Hinton. E julgo que o criterio que preside a esta minha convicção, a esta *meia convicção*, devo dizer, é o criterio de toda a gente. Isto é um paiz a saque. Ha muito tempo que elle está a saque. E ha muito tempo que elle é saqueado. Por outro lado, se os homens da politica teem poucos escrupulos, os homens de negocio, em regra, não são mais escrupulosos. Nem os nacionaes, quanto mais os extrangeiros. Que interesse moral tem o Hinton por esta terra? Que interesse pode ter?

Alli deve haver patifaria grossa!

Mas, por outro lado, o Centeno e o Affonso Costa estão raivosos contra o homem. E sendo elles os dois tratantes que todos nós sabemos, eu fico a ver se, por acaso, o Hinton não será um homem honrado.

Será o diabo do Hinton capaz de ser um homem honrado?

Mas mesmo que o Hinton seja um velhaco, como supponho, os dois tratantes é que o não combatem de graça. Não ha uma alma caridosa que nos diga qual é o *interesse* que guia o tratante do Centeno e o tratante do Affonso Costa?

Positivamente, não é por causa da patria nem da virtude que estes dois traficantes deitam os bofes por a bocca fóra. Porque é? Uma pontinha do véo já eu descobri. Elles berram como possessos contra a Inglaterra. Vê-se que o casamento é negocio realisado!

Eu não sei nada, mesmo nada. O *Povo de Aveiro* tem, em regra, preciosos informadores. E é por isso que nós conseguimos trazer o França Borges aterrado!

Elle já viu que os nossos informadores são de *magnifico* quilate. E pelo que temos dicto calcula o que temos *reservado!*

Mas o demonio dos informadores, sobre o casamento do rei... nem palavra. Não sabiamos nada! Não nos tinham dicto nada!

Agora, sim. Republiqueiros e dissidentes, n'uma palavra: *buisseiros*, estão assim contra a Inglaterra tão exasperados? O casamento do rei com a princeza ingleza é certo.

Contra a Inglaterra e contra o marquez de Soveral? Não ponham mais na carta! Até querem a *revolução*, já, sem demora, sobre o caso Hinton? Não ponham mais na carta! Estamos, de sobejo, n'esse ponto, elucidados.

Mas o Centeno nunca entrou em *coisa nenhuma*, sem roubar. E o Affonso Costa, idem, na mesma data.

Alli ha dinheiro! Ou coisa que represente dinheiro! Não é só o despeito, a furia, por a Inglaterra ter, emfim, dado noiva ao filho de D. Carlos.

Que mais haverá? Que mais haverá?

Eu vejo que o Affonso Costa disse: *Não pode haver homem de bem que vote o projecto em discussão.* Mas elle é um tratante. Não só um tratante. Um refinadissimo tratante! E cada vez sobe mais por mim acima esta duvida: *Será o Hinton um homem honrado?!*

Dizem que vae matar com o *alcoolismo* a ilha da Madeira. Mas estes tratantes *nunca* se importaram com o alcoolismo que *inutilisa* todo o Portugal. Pois na Madeira ainda ha de haver mais alcoolismo do que o ha no continente de Portugal? Mais ainda?!

Depois, o Affonso é um bebedo, alem do mais. Elle tem quasi tanto amor ao alcool como tem ao dinheiro.

Querem ver que o Hinton é um homem honrado?

Se eu estivesse no logar de V. Ex.ª, dizia elle ao ministro das obras publicas, **dou-lhe a minha palavra de honra** *de que não subscreveria a proposta que V. Ex.ª apresentou, nem que me matassem.*

A sua palavra de honra?

Pois elle dá a *sua palavra de honra?*

E jura pela *sua salvação*, como as rameiras e as regateiras?

Das duas, uma:

Ou elle recebe grossa maquia, ou o Hinton é um grande homem honrado.

Sr. director

Coimbra, 13—4—1910

Diz V., no ultimo numero do seu jornal, o seguinte:

> Eu nunca fui maçon. Nunca o quiz ser. Sempre nos repugnou essa sociedade de arrangistas. Por que quando não é uma sociedade de assassinos é uma sociedade de arrangistas. E' um carbonurismo *branco* em opposição ao carbonarismo negro.
>
> Uma Inquisição em substituição a outra Inquisição. E á porta fechada! E com cerimonial! E com symbolos!

Isto diz V., sr. director, a proposito da energica *limpeza* que o dr. Antonio Emilio vem fazendo ás associações secretas, com applauso de todo o paiz ordeiro e sério.

Ora, agora, diga-me: não tem V. lido os fasciculos da Bibliotheca Maçonico-Social, publicação editada por uma empreza de maçons regulares?

Curiosissima, não imagina!

O que n'esses fasciculos se escreve sobre o Grande Oriente Lusitano Unido—é pasmoso!!

Assim, sobre a maneira como o tribunal maçonico procedeu para com um maçon, expulso como *traidor*, lê-se isto: «não foi um tribunal maçonico que julgou; foi uma conspiração de esbirros da Inquisição, foi um grupo de carrascos sem escrupulos como os de Montjuic!»

Repare que isto é dito por elles—maçons—e não por V., sr. director!

Mais:

> O Grande Oriente Luzitano Unido opprime-nos e ludibria-nos sob a capa commodamente jezuitica da Fraternidade e da Liberdade, em que tanto fallam os dictadores que o dirigem, mas que na pratica e para as suas conveniencias e vaidades atiram para um canto.
>
> São liberaes, democratas, republicanos, socialistas, libertarios, o que fôr preciso para illudir os ingenuos, os papalvos, os que lhe servem de degrau. São liberaes e democratas, mas governam o Grande Oriente como senhores absolutos!
>
> E' o regimen do segredo e do mysterio, da duplicidade e da intriga, que os seus homens adoptam para conseguirem que os maçons da provincia e até muitos de Lisboa ignorem o que se passa nos conclaves secretos, nos triangulos de má lingua e da conspirata ARRANJISTA do poder governamental maçonico.
>
> A Maçonaria Portugueza é governada á maneira absoluta, auctoritariamente, militarmente como uma caserna ou como os serviços de remonta, sem que os socios que *pagam* e que trabalham, que se sacrificam e que são sinceros, sejam ouvidos para coisa alguma. E se estes se queixam, suspensão immediata e nada de resposta ás suas reclamações. Suspendem-se mas continua-se a pedir-lhes dinheiro e no fim escreve-se em tom de piada: *—Os animaes resaibiados castigam-se e com um bom calsão, ainda ás vezes fazem bom serviço.*

Isto, repito, é dito por elles —maçons regulares— nos taes fasciculos.

Quer dizer, mais uma vez se prova que V., sr. director, no seu tão apreciado *Povo de Aveiro*, somente diz a verdade.

Parece-me ser escusado recordar, finalmente, que o Grande Oriente é dirigido por Magalhães Lima, José de Castro, Bernardino Machado, Affonso Costa, Philippe da Matta, emfim, pela bella flôr da quadrilha republicana.

E para mais clareza: republicanos são os maçons-regulares que escrevem os fasciculos da Empreza Maçonico-Social!

Mas?.. muito mais ha que revelar!!!...

Ficará para outro dia.

Para fechar, sempre direi: abriu-se uma grande scisão no Grande Oriente Lusitano Unido. Os dissidentes fundaram o Grande Oriente Portuguez, que tem por grão-mestre um chefe republicano em Coimbra...

Os seus inspiradores, são-no tambem da publicação que acima menciono.

Imagine por isto a harmonia que reina entre os quadrilheiros!

Os fasciculos andam profusamente espalhados por todo o paiz. Admiro até que ainda nenhum tenha chegado ás suas mãos.

Eu tenho-os lido em casa de um maçon desilludido, que os poz á minha disposição, sem me pedir a minima reserva.

Tirei estas notas, mas, se desejar, e achar conveniente, mandar-lhe-hei mais...

E que interessantes ellas podem ser!

Que interessantes!

Um seu admirador, filho de Aveiro

S. S.

Mande mais, mande. Não conheciamos isso, não senhor. E' coisa nova para nós. Inteiramente nova.

Olhe lá, e esse Fausto de Quadros, que arrombou os cofres á Maçonaria? Tambem é agora dos dissidentes?

A historia d'esse, lá na Maçonaria, é tambem... uma coisa interessante!

O divorcio

Sr. Homem Christo.

Ha dias um assignante do *Povo de Aveiro* dirigiu-se-lhe a perguntar coisas sobre a sua orientação politica e religiosa. Teve resposta.

Permitta-me, pois, que, embora envolto no anonymato venha dirigir-me ao redactor do mesmo semanario com algumas considerações a proposito do seu ultimo artigo na secção de *Nenhures*.

Diz o sr. C. na sua carta que o divorcio é admissivel e justo e seria mesmo necessario se tivesse em vista a libertação do conjuge prejudicado.

Mas é precisamente esse o caso. Trata-se do conjuge innocente e não do conjuge culpado, do divorcio como repressão do vicio, não como incitamento ao vicio.

Admittamos o caso do divorcio a requerimento do marido, com o fundamento no adulterio da mulher.

Fica o pae encarregado da educação dos filhos, como no caso da simples separação. Os filhos são pequenos e o homem contrahindo novas nupcias da uma mãe ás crianças innocentes, que não tinham mãe, visto como a adultera perde parte dos seus direitos e mesmo no caso da simples separação fica privada de superintender na sua educação.

Que importa que tenha o nome de madrasta? Tinham elles, porventura, mãe? Como lhes aproveitaria a educação que perderam?

Não poderia mesmo ser-lhes prejudicial a influencia d'essa mulher?

Como são prejudicados, então, os filhos? Porque o pae pode ter do segundo matrimonio novos filhos? E não poderia havel-os, sem se casar, e havendo-os, depois de judicialmente separado, não os poderia perfilhar?

E' claro que os filhos perderam a mãe e que a sua situação foi alterada, porque ficaram sem mãe.

Pode considerar-se anormal perante a sociedade a situação dos filhos do primeiro matrimonio de paes divorciados que houverem contrahido novo casamento? Talvez.

Mas não será, moralmente, mais anormal ainda a situação dos filhos que nasçam depois da separação de pessoas e bens, sem que os paes tenham casado ou possam vir a casar-se?

Se no caso de separação os filhos perdem um dos paes, como perdem elles os dois com o divorcio? Porque o pae se casa? Porque se casa a mãe?

Diz o sr. C. que só se deveria permittir as novas nupcias ao conjuge innocente no caso do adulterio? De accordo.

O marido poderia casar-se provado o adulterio da mulher, a mulher poderia casar-se provado em juizo que no marido concorriam as causas previstas no nosso codigo civil como motivo para ella requerer contra elle a separação de pessoas e bens.

Por outro, que importa que a mulher se case, o que perde a sociedade em que qualquer acceite como esposa a mulher escorraçada do lar como adultera, como adultera privada da educação dos filhos?

Queira perdoar, como diz o Brito Camacho, e se vir que entre estas coisas, alguma pode merecer a sua attenção, elucide-nos, sr. redactor, que a sua acção na propaganda democratica bem entendida é, por todos os motivos, digna de nota.

De V. etc.

Leitor Curioso.

Tudo isso já foi respondido, expressa ou tacitamente, subentendido ou claro, no artigo a que o *leitor curioso* se refere.

Perde, sim senhor. A sociedade perde muito, perde tudo em que qualquer acceite como esposa a mulher adultera escorraçada do lar. Como perde em estarem as tabernas abertas ao domingo. Como perde em se manterem, de qualquer forma, focos d'infecção, attractivos venenosos, estimulos do vicio.

O divorcio pode ser um remedio. A um grande mal! O que não pode ser é um principio. Principio, é a indissolubilidade da união. Esta e só esta convem aos conjuges, aos filhos, á sociedade, á humanidade.

Se este é que é o principio, e se aquelle é um mau remedio a um grande mal, que fazer? Em nome do bom senso, da moral, da conveniencia publica, que fazer? Impedir, por todas as formas, a propagação d'aquelle mal. De forma nenhuma a abrir-lhe a porta. De forma nenhuma dar-lhe estimulos. Deixa-lo em ampla liberdade.

O senhor, como todos os partidarios do divorcio á *vara larga*, está em manifesta contradição com todos os principios que presidem ao direito criminal.

E' ou não é o adulterio *um crime?* Se é, como quer o senhor, em vez de castiga-lo, recompensa-lo?

Como vae o legislador fazer, e muito bem, a prohibição do casamento entre individuos physicamente *incapazes* e o consente a individuos *moralmente incapazes?*

O conjuge que praticou o adulterio *não pode mais casar*. Ou o divorcio é uma lei immoralissima, de dissolução social e nada mais.

E' mulher? Perdeu, alem d'isso, se tem filhos, direito á sua fortuna pessoal. A' ingerencia na educação dos filhos. A' administração dos bens do casal. Mas tem alimentos, é claro.

E' homem? Desde que as responsabilidades não são eguaes, como n'outra parte accentuámos, a pena não pode ser egual. Conserva os seus bens e, consequentemente, a sua administração. Mas não os pode vender, nem, de qualquer forma, alienar.

O resto... cantigas, meu caro senhor. De 100 mulheres que se prestam a casar com um homem, 90 já se não prestam a ser suas amantes. Pode casar? Constitue facilmente novo lar. Não pode? Não o constitue com facilidade. Ora o que nós queremos, o que quer a sociedade, o que convem á sociedade, é que *não haja facilidade* em destruir um lar pelo simples capricho, veleidade, ou vicioso desejo de constituir outro lar.

A adultera é prejudicial junto dos filhos? E'. Mas expulsa-se, põe-se fóra da porta, escorraça-se. Para quê? Para dar aos filhos outra mãe? Qual outra mãe! Cantigas, meu senhor. Para os tolos. E não para quem tem o juizo no seu logar. A sua mãe... morreu. Coberta d'iguominia, que é a peor morte. A outra... não é mãe. E' madrasta! E por melhor que seja, o seu coração, a sua educação, o seu caracter, nunca beijará os filhos da primeira com o carinho, o affecto, a ternura, com que beijará... os filhos proprios. E essa simples differença, por menos tyranna, menos aspera, menos dura, por mais affectuosa, mesmo, que seja a madrasta, é sentida, pelas creanças que *já não teem mãe*, dolorosamente, tristemente... até ao fundo d'alma.

Ah, meu senhor, a facilidade com que vocelencias todos, machos e machas, falam n'essa coisa... trivial! E teem coração! E são vocelencias os que querem azas nos calcanhares e na nuca... para voar para o ideal!

Querem o divorcio como pessimo remedio de um grande mal? Oiça bem: como pessimo remedio d'um grande mal? Seja. Mas, então, empreguem-se todos os meios para evitar a irradiação... do grande mal.

E vá lendo a secção *De Nenhores*, se quizer continuar a ouvir-nos sobre o caso.

Grandes pulhas

Dizia no domingo o *Cornetim da Margarida:*

«Um pasquim catholico, referindo-se ao que aqui dissemos sobre o desaparecimento de um commerciante, prova mais uma vez a maneira de fazer politica de certos pulhastras que, sem nenhum respeito pelo decôro nem pelo socego das familias, se entreteem a falar de actos da vida particular, falsos ou verdadeiros, mas, em qualquer hypothese, fóra da discussão. Ha muito que a corja entrou nesse mau caminho, sem se lembrar do perigo em que incorrem ella e os seus mandantes, se os adversarios adoptam o systema.»

Grandes pulhas! Infamissimos pulhas!

Pois quem, senão estes pulhas, iniciou o systema de falar *dos actos da vida particular?*

Quem, bandidos?

Todos os dias, todos, esse infamissimo orgão official da prostituição republicana se refere, mais ou menos, aos actos intimos da vida particular dos adversarios. Ainda ha dias elle contava as scenas da *franceza* e das suas suppostos visitas ao Palacio das Necessidades.

Grandes pulhas!

Grandes canalhas!

A desfaçatez d'estes canalhas!

Não ha senão um rucurso: é dar-lhes a matar.

FRALDIQUEIROS

Andam-nos ha muito tempo a mandar uns papeluchos e a pedir sova para varios fraldiqueiros.

Se houvesse espaço, levavam-na. Mas não ha. E preterir outros assumptos por causa dos fraldiqueiros, não pode ser.

Em especial nos recommendam o cidadão Alfredo Coelho de Magalhães. Isso é um burro. Gastar com elle palavras, é deitar perolas a porcos. Ainda se fosse só bandalho, vá lá. Mas elle não é só bandalho. Porque o é. Quem mostra indignação por chicotearmos *os republicanos*, os traficantes mais completos e repugnantes que teem apparecido n'esta terra, só tem um nome: bandalho E' verdade que o bilontra soffre de doença cerebral. E foi tambem uma das razões porque lhe suspendemos as vergastadas. Um amigo disse-nos: «Olhe que esse diabo não tem a mola bem arranjada. E' uma doença de familia. E' você dá com elle em doido. Já elle, com os pontapés que você lhe tem applicado, não anda bom da cachimonia.» Não obstante, é bandalho.

Mas burro, repetimos, acima de bandalho. E que querem? Nunca sentimos prazer em correr um burro á vergastada.

Só quando elle morde. Então, sim. Quebramos-lhe a dentuça.

Mas esse miseravel nem sabe morder. Nem sabe mesmo escoicear. Ficou profundamente ferido por lhe dizermos: *Quem a Coimbra vae e de Coimbra vem, se burro vae, burro vem, porque Coimbra não dá nem tira juizo a ninguem.* E ei-lo ahi, como uma rã moffenciva, a coaxar.

Deixar lá coaxar o miseravel!

Os parvos tambem teem direitos.

Deixar lá coaxar o miseravel!

De Nenhures

14 de abril

Em carta, diz-me uma madama, evidentemente *feminista*: Apostar como o senhor, defendendo o castigo do conjuge criminoso no divorcio, quando a causa seja o adulterio, não admitte a egualdade do castigo para o homem e para a mulher?

Não, madama, não. A madama ficou toda ancha com essa cajadada. Ora diga lá! Hein? Julgou que me derreava? Pois não, madama, não. Eu não admitto, não, a egualdade do castigo para o homem e para a mulher. E sabe porquê? Porque o castigo é sempre proporcional, ou á importancia do crime, ou ao damno causado, ou á responsabilidade social.

Não é verdade? Diga lá que não é verdade! Ora se é verdade, vejamos: o adulterio da mulher tem as mesmas consequencias sociaes que o adulterio do homem?

Eu não quero já falar da estupida zombaria ao marido atraiçoado. Note-se que isso tem uma importancia extrema na vida social. Não ha estupidez maior que uma pessoa descer no conceito social pelo facto de ser atraiçoada ou enganada. E' a summa estupidez. Mas é o facto! A madama ri-se muito, e á socapa riem-se todas as madamas, em geral, do homem ser tão estupido que colloca a sua honra . . . onde colloca elle a sua honra, madama? Ria-se, e ria-se ás gargalhadas, que tem razão, sim, para se rir ás gargalhadas.

O homem é ridiculo, na verdade. E' estupido. Quer a madama sustentar a these de que o homem, embora tenha ridiculos differentes dos ridiculos da mulher, é, no fundo, tão ridiculo, ou mais, que a mulher? E' no fundo tão estupido, ou mais, que a mulher? Eu concordo, madama. Mas o facto é que se esses ridiculos não teem importancia alguma para um pequenissimo numero de espiritos altivos, teem uma importancia enorme para o geral da humanidade.

A humanidade vive d'essa estupidez, d'essas convenções, d'essas futilidades. Essa estupidez esmaga homens e homens. Ha homens e homens que se sentem humilhados, vexados, como que anniquilados, e muitas vezes ficam, de facto, anniquilados, por terem sido atraiçoados pela mulher com quem casaram. D'ahi, d'essa pequenita coisa, d'esse caso minimo, d'essa borra, que é o melhor nome qne merece, resultam tragedias, comedias, desordens, perturbações, emfim, de toda a ordem. Uma grande estupidez? Uma crassa estupidez. Mas é um facto. E é com factos, e não com theorias, que se governam as sociedades. Portanto, basta isso para que o adulterio da mulher não possa, justamente, ser equiparado ao adulterio do homem.

A mulher não fica *deshonrada*, desconsiderada, vexada, *socialmente prejudicada* com o adulterio do homem. Mas o homem fica, com o adulterio da mulher. E no criterio do homem como no criterio da mulher. E' um criterio geral. Logo, se o damno é differente, differente deve ser o castigo applicado ao crime de que resultou esse damno. Ou a justiça, como a logica, como a verdade, é uma outra ficção, das muitas com que se illude a humanidade.

Mas eu, *que sou eu*, isto é, que não tomo, nem tomei, nem tomarei jamais, a convenção, manifestamente iniqua ou estupida, como ponto de partida para as minhas argumentações, já nem quero falar n'isso. Eu desprezo esse ponto, aliás importantissimo como *facto* Mas ha um outro que não vem do simples amor proprio offendido ou vexado. Que vem da consciencia. Ha um outro que não é imposto pela convenção. E por uma estupidissima convenção. Que é imposto pela razão. E por uma solida razão. E' este: de quem são os filhos de uma mulher que vivendo na constancia do matrimonio se prostituiu?

Uma mulher revela-se deshonesta n'um dado momento. Ou antes, o marido teve conhecimento d'essa deshonestidade n'um dado momento. D'onde vem ella? Em que data começou ella? Desde quando dura ella? O seu ponto de partida, qual é? Em absoluto, ninguem o pode dizer. Ao certo, ninguem sabe. *Cesteiro que faz um cesto, faz um cento.* Quem foi capaz de dissimular em certa epocha e em certas circumstancias, era capaz de ter dissimulado em circumstancias e epochas differentes. Um acaso descobriu *uma traição*. Outros acasos podiam, — é possivel e provavel — ter deixado occultas outras traições. Uma justificada desconfiança entrou no coração do marido e lá ficou eternamente. E essa desconfiança, quando não vá ferir profundamente os filhos, deixa-os para sempre mal collocados.

Ora eis a differença, madama! Não ha comparação alguma entre as consequencias familiares e sociaes do adulterio do homem e as do adulterio da mulher. As consequencias do adulterio da mulher são infinitamente mais graves que as consequencias do adulterio do homem. O marido praticou o adulterio e não deixou por isso a mulher de ficar com a certeza de que os *seus filhos* são . . . *seus filhos*. Mas a mulher praticou o adulterio e o marido fica immediatamente com a terrivel duvida da paternidade. *Os filhos da minha filha, meus netos são. Mas os filhos do meu filho, ou o serão ou não.*

Eis a differença, madama! E faltou acrescentar essa differença, ás causas que no domingo passado apontei como contrarias ao divorcio. Pelo menos ao divorcio como instrumento de vicio, como incitamento á prostituição. Isto é, ao divorcio como o pretendem os propugnadores do *grantémur*, os defensores da *libardade*.

O pudor, minha madama, é um sentimento nato. Se a minha madama julgou que homens, mulheres e creanças sympathisam com *machas* está enganada. A *macha* pode ser objecto de luxuria ou de combate. Nunca é objecto de sympathia ou de encanto. Dizem que ha *machas* honestas. Haverá, no sentido geral ou vulgar d'essa palavra. Mas o que não ha é *machas* pudicas. E o pudor é a verdadeira essencia da honestidade.

Não ha *machas* pudicas. E não ha, porque o pudor não se perde só a arregaçar as saias. Tambem se perde a arregaçar as mangas, quando se arregaçam na tripeça da regateira ou no comicio da praça publica para injuriar ou pr'a berrar.

O pudor é um sentimento nato, minha madama. Por isso que o é, se os filhos vêem com maus olhos o adulterio de seu pae, vêem com muito peores olhos o adulterio de sua mãe. O impudor ou o vicio na femea é, naturalmente, mais repugnante e affrontoso que no macho. E não o é só para os homens. E'-o para homens e mulheres. A questão natural sobrepondo-se á questão sensual.

O filho *nunca* perdoa o adulterio da mãe. E' uma ferida que ella abriu na sua alma e que fica sangrando até á morte. Desde esse dia, o filho perdeu a mãe, e a mãe perdeu o filho. Por mais que finjam respeitar-se ou estimar-se. O filho, no fundo da sua alma, ficou separado. Não ha nada que o torne a approximar. Eternamente separado! E tanto mais separado quanto mais a mãe se unir áquelle que foi, adulterinamente, substituir seu pae. Casou com elle? E' um padrasto. Mas não já um simples padrasto. Um padrasto com quem sua mãe se manchou, manchando-o a elle. Um inimigo de seu pae!

Junte-lhe a isto, minha madama, a duvida da paternidade, da parte do pae, se a houver. E veja o escalavro, o terrivel escalavro que fica no coração do desgraçado.

A mãe, polluida, casa-se. Constituiu outro lar. Que já não é, do filho primitivo, o seu lar. Este tenta elle, approximando-se do pae, a todo o transe conservar. Anciosamente procura encontrar no pae a compensação moral do amôr da mãe, esse amor que viu fanar-se, pender, cahir por terra, desfolhado e manchado. Mas o pae tambem já o não ama . . . como amava. O amôr do pae, arrefece. O pae casa-se, tambem. Tanto mais facilmente quanto mais lhe acode a idéa de que poderá não ser pae d'aquelles filhos que do primeiro matrimonio lhe ficaram. E quanto mais fôr feliz no seu novo lar, mais olha com desconfiança e com frieza os fructos . . . do seu antigo lar. Concentra nos filhos da sua segunda mulher, da mulher honesta, *todo o seu amor de pae.* Esses, sim, que são seus filhos. E já não é, minha madama, o filho n'um *lar falso*. E já não é, minha madama, o filho com padrasto e com madrasta. Esta belleza, que só o divorcio traz! E', positivamente, o filho sem mãe. Que elle não quer! E', positivamente, o filho sem pae. Que o não quer a elle! E é, positivamente, o filho sem lar. Que lh'o tira a lei, depois de lhe ter dado uma madrasta, depois de lhe ter dado um padrasto, fazendo d'elle, e em conjuncto, uma especie de pária familiar, de reprobo do coração, de vagabundo moral!

Ah, minha madama, que rica coisa!

Que rica coisa, que linda coisa, para satisfação, minha madama, dos seus caprichos, da sua futilidade, da sua leviandade, que a besta da humanidade, em nome da *libardade*, e do *amor*, o *grantámur*, exalta, glorifica, sanccionа a cada passo!

Que rica coisa, que linda coisa, minha madama, minha madamasinha, para satisfação do seu egoismo miseravel, que a besta da humanidade cobre de perfumes e doirados, adornando-o com o nome pomposo de justiça, de equidade, de carinho, santificação, moralidade do lar!

Que rica coisa, que linda coisa, madamasinha da minha alma!

Mas não é tudo. Ainda falta muito qne esmiuçar.

Quiz conversa?

Pois, rica madama, no domingo continuaremos a conversar.

C.

"Deram raia,,

. . . *Sr. Homem Christo.*

Desculpe-me se, por primeira vez, me atrevo a dirigir a V. por quem tenho muita admiração e estima; por isso o faço.

Quando li o seu primeiro artigo, encimado com a epigraphe que serve a esta carta, afigurou-se-me que a maneira de V. apreciar a attitude dos catholicos, com relação ao centenario de Herculano, era baseada n'um mal entendido. Mais se confirmou esta minha apreciação, quando li a resposta do "Portugal;„ e acabei de me certificar ao ler o seu artigo de domingo passado; bem como a citação das palavras de Senna Freitas.

O mal entendido, ou equivoco, tem-se dado de parte a parte, e consiste em attribuir a retracção dos catholicos á pessoa, ou ás qualidades pessoaes de Herculano, e não a certas affirmativas, ou melhor negativas, que avançou na sua obra, ou pelo menos em parte della; por isso tem recahido toda a discussão sobre o homem e os seus actos como particular, o que nada tem com as ideias que expendeu na sua obra e de que nunca se retractou.

Apesar da minha insufficiencia, vou procurar de alguma maneira demonstrar o que acabo de expôr. Para isso lembrou-me lançar mão d'uma "parabola„ como usavam os antigos orientaes.

Supponha, por um momento, que na terra da sua naturalidade existiu, no tempo de seus Paes, um grande Poeta, que pelo seu talento se tornou uma gloria nacional. Esse homem n'uma das suas poesias teve o arrojo de atacar a honra da mãe de V. o que indignou sobremaneira seu Pae, como era natural, e o levou ao ponto de prohibir a seus filhos a leitura d'essa poesia.

Passados annos os compatriotas d'esse Poeta lembraram-se de celebrar a memoria d'elle, com manifestações ruidosas; pergunto: V. deveria tomar parte n'essas manifestações lembrando-se que com isso daria um grande desgosto a seu Pae, se ainda vivesse, desobedecendo ás suas ordens? Certamente que não. Pergunto mais; com a sua recusa negava-se por ventura o grande talento e mais qualidades d'esse homem? Daria, por esse facto uma prova de intolerancia para com os promotores da manifestação? Provocava d'alguma forma, ou offendia as suas opiniões, ou não as respeitava, como V. no seu primeiro artigo, diz dos catholicos? Com o seu espirito recto e grande amor á verdade, de que tantas provas tem dado, estou certo que estará d'accordo comigo.

Parece-me que o paralello é bem claro; a honrada Virgem Santissima foi atacada, com a duvida ou mesmo negação do dogma da Conceição Immaculada; o que deu em resultado a prohibição para os catholicos de lerem a obra em que se avançava essa proposição, que se tornava em manifesta heresia.

Já vê que a retracção dos catholicos foi a mesma que V. praticaria; e nada tinha com a pessoa ou suas qualidades, que todos reconhecem um grande vulto intellectual; e de modo algum provocou, ou offendeu as opiniões alheias.

Não tenho a louca pretenção de convencer a V. mas confesso que não resisti á tentação de lhe apresentar estas minhas sinceras considerações, confiando no seu amor á verdade, e na sua benevolencia para desculpar, quem é.

De V. etc.

UM CATHOLICO SEU ADMIRADOR.

A mim não me parece que haja propriedade na parabola. O dogma da Immaculada Conceição é um facto recente. O que passou a ser um crime d'esse dia por deante não o era até então. Foi muito discutido. Não concordaram catholicos, fervorosos catholicos, catholicos eminentes, sem que a mãe de Jesus deixasse de lhes merecer culto e veneração. Não houve um ataque á *honra* de Maria. Mas a questão posta assim é já uma questão do *foro intimo*, e essas questões não se discutem.

Houve um *mal entendido*, houve *um equivoco*, de parte a parte. Pois seja. Salve-se o respeito devido a Herculano como homem, como escriptor, como patriota, como caracter, e o resto são questões de fé tão subtis que escapam á discussão.

Cada um que fique com a sua. E está tudo acabado.

Gravissimo

Os fructos da republica em Portugal

Continua a *Beira Mar:*

Desde 1900 que os casos se vão dando, cada vez com mais frequencia, cada vez com mais intensidade. Começou-se por factos simples, depois, cada vez mais graves foram acontecendo, cahiram no dominio publico e hoje . . . são o pão nosso de cada dia, praticados a toda a luz, sem qualquer reserva, sem o mais insignificante respeito, sem a mais leve sombra de decôro.

Entregam-se cartas grosseira e evidentemente violadas; diz-se publicamente, e até se ensina, a fórma mais simples de se fazer essa violação: em plena rua examina-se a correspondencia que se levanta das caixas e marcos; consente-se que individuos extranhos ao correio examinem e remecham essa correspondencia, emfim faz-se tudo sem rebuço, sem vislumbre de rebuço!

. . . . . .

Conta-se, e parece que estão vivas e são testimunhas d'este tremendo caso: quando em Aveiro houve a celebre questão da transferencia de cavallaria 7, a fita, donde constavam alguns telegrammas officiaes, foi lida n'um estabelecimento de mercearia por um empregado telegrapho-postal ! ! !

Em publico !

Sem que se pedissem reservas!!!

Nós não sabemos, por emquanto, se ainda está em Aveiro o criminoso empregado. Mas temos informaoões seguras ácerca do caso.

Referem-nos que um individuo desta cidade havia escripto uma carta a um seu amigo residente em outra localidade, em que se relatavam varias queixas ácerca de um filho d'este.

O rapaz, sabendo do caso, conseguiu que a carta lhe fosse entregue na repartição do correio.

E' pyramidal!

A um empregado superior dos correios sabemos nós que faltou um dia uma nota de reis 20$000, na repartição em que elle proprio era empregado de cathegoria.

Calou-se por vergonha, e talvez que agora se cale por medo.

Mas que o facto se passou, é tão certo como ser a Beira Mar o jornal mais odiado pelos srs. empregados do correio.

Mas este facto é, afinal, repetição de velhos habitos. Tambem ha annos, um empregado de cathegoria do nosso correio, que já hoje não está em Aveiro, e em Lisboa agora exerce funcções superiores, entrando no escriptorio do então nosso collega dr. Marques Mano, larapiou-lhe de cima da secretaria, como qualquer gatuno, uma nota de 5$000 réis!

São costumes.

Isto, porém, é, na verdade, de pequeno prejuizo. Fica-se sem os 20, ou sem os 5$000 réis e não ha maior prejuizo.

O caso é mais grave quando se trata da divulgação de segredos.

Nós conhecemos, por emquanto, dois casos que esclarecem.

Ha dias, n'um estabelecimento commercial, ou cousa parecida, um empregado do correio affirmava que entre F. e F. havia namoro, porque era grande a insistencia da sua correspondencia.

Qual o processo não sabemos, mas que no correio se advinha quem é o auctor de qualquer carta, embora a letra seja distarçada, lá n'isso não ha duvida.

Assim conhecemos quem, ao entregar carta a certa e determinada pessoa, logo annuncia a esta que ella é de F.

A quem nos lêr parecerá mentira o que referimos. Mas estes casos, que mais não podemos desenvolver, são absolutamente reaes.

A dois medicos d'esta cidade ouvimos que medicamentos que lhes sejam enviados pelo correio não chegam ás suas mãos.

Vem a carta annunciando a remessa, mas os medicamentos esses não lhes são entregues.

Como é que isto se póde dar ?!

A um amigo nosso, republicano dignissimo, ouvimos ha poucos dias referir que cartas que deitasse na caixa do correio geral, ou que por lá passassem, nunca chegavam ao seu destino.

Que, verificando este facto, resolvera ir deitar a sua correspondencia á ambulancia do caminho de ferro.

Adoptado este systema, nunca mais se lhe extraviou uma carta !

Comnosco mesmo aconteceu uma cousa interessante. Um dia que tivemos de tratar um negocio com o sr. Eduardo Serrão, antigo director do correio e que hoje está aposentado, escrevemos-lhe uma carta que nós proprios fomos lançar á caixa do correio geral.

No dia seguinte eramos procurado pelo sr. Levy, chefe da estação, que de mando do sr. Serrão, nos perguntava se a carta tinha saido assim *das nossas mãos.*

Tinha sido grosseiramente violada.

Assim o declarámos ao sr. Levy que é possivel ter-se esquecido do facto.

Não sabemos bem a historia, mas conta-se que tendo a sr.ª D. Maria Peixinho, dona de uma confeitaria da rua da Costeira, desejado mandar um rico chale de Tonkin, como encommenda postal, para uma sua amiga de Lisboa, no correio havia sido convencida de que elle melhor chegaria ao seu destino despachado sob a designação de amostra sem valor.

Que n'esta cahiu, tendo como premio a perda do chale que até hoje não tornou a apparecer.

Então, sobre divulgação de telegrammas, o que se diz por ahi encheria este jornal.

* * *

Nada affirmamos, nem nada negamos, a não serem aquelles casos propriamente passados comnosco. Mas que alguma cousa ha de verdade n'esse immenso rosario de crimes e porcarias que para ahi se aponta, lá d'isso não póde haver duvida.

Se assim não fôra não seria um nosso collega local abordado por um empregado telegrapho-postal para nada dizer sobre o assumpto do nosso artigo.

Se assim não fôra não seriam os nossos outros collegas locaes instados por amigos e apasiguados para não bulirem n'este caso que está interessando a opinião publica, e que, infelizmente, determinou a mais franca suspeião sobre a repartição telegrapho-postal.

Se assim não fôra não veriamos, não teriamos o enorme desgosto de vêr o sr. dr. Alvaro de Moura protegendo o mais extraordinario caso de pouca vergonha de que ha memoria em repartições de Aveiro.

O sr. dr. Alvaro de Moura!

O sr. dr. Alvaro de Moura que, tão bem como nós, conhece todos os casos que vimos apontando, e que se inculca um dos maiores paladinos da justiça e da moralidade!

Pois já que assim é, nós, no intuito de bem servir a nossa terra, e só n'este, continuaremos seguindo o caminho que traçámos, vá elle onde fôr.

Pela nossa parte, nada dizemos. Está ahi uma syndicancia, desde terça feira. Foi promptamente nomeada. Está, pois, a justiça em acção. Calamo-nos. Mas . . . o dicto, dicto. E' preciso começar a pôr termo, com mão rija, a esta anarchia desenfreada.

Safa, que é de mais!

Sr. Redactor do *Povo de Aveiro.*

Leitor constante como sou do seu intrepido e esclarecido jornal, admiro a coragem e o saber que V. manifesta, já pela franqueza e desapego de interesses partidarios, já pela boa orientação das doutrinas que expõe, e já pela rectidão e energia com que combate e fustiga os abusos e desmandos dos falsos politicos, quer elles sejam republicanos ou monarchicos. Vê-se claramente que V. como bom medico que é, conhece melhor que ninguem a chaga de que enfermam os estadistas de nosso tempo e sabe applicar-lhes o cauterio com golpes de azorragem, por ser o unico remedio santo.

E' a V. sem duvida, que se deve a desillusão dos que acreditavam na sinceridade e boas intenções da quadrilha republicana, julgando que alguma coisa boa havia a esperar dos seus decantados arengadores, esses sepulchros adornados por fora com flores de rethorica e por dentro cheios de podridão e negruras. Tambem para mim é ponto de fé que o partido republicano portuguez, pelo seu procedimento incorrecto torpe e indigno, a si mesmo lavrou a sentença de morte e que está irremediavelmente perdido no conceito publico. Mas embora Portugal esteja livre d'essa praga, o que tambem para mim é ponto de fé, é que nem por isso seremos mais felizes. Basta que se lance os olhos para o que se passa, para se vêr claramente que a situação em que o Paiz se encontra, não pode manter-se por muito tempo, sem que se desencadeiem grandes acontecimentos. Será para o bem? será para o mal? Não sei.

Os partidos monarchicos, enfraquecem a olhos vistos, fraccionados em dissidencias, ficando reduzidos a insignificantes grupelhos politicos. As ambições partidarias cegam e desorientam os paes da patria, que não teem outro ideal que não seja a conquista do poder, para satisfação das suas vaidades.

Os governos, educados todos na mesma escola e eivados dos mesmos habitos viciosos, seguem todos a mesma rotina cobarde e decadente. Um poder occulto que tudo domina e avassalla, impede que se sentem nas cadeiras ministeriaes os homens que deviam governar e faz sentar n'ellas quem nunca lá devia sentar-se. O Rei, posto que sympathico e bom e animado dos melhores desejos de bem servir e engrandecer o seu povo e a sua querida patria, é muito joven ainda, não conhece o estofo de muitos homens que o cercam, os quaes com um osculo o entregariam na primeira occasião opportuna, como Judas entregou a Christo.

O Parlamento não deita cá para fora uma unica medida de verdadeiro interesse publico, que venha beneficiar o Paiz e o grande mal estar das classes populares. A demagogia insubmissa e anarchica, insurge-se contra a justiça e contra a lei, atacando e combatendo os magistrados que ousam descobrir e punir os grandes criminosos. A imprensa avançada e mentirosa, todos os dias insulta e calumnia impunemente as pessoas mais respeitaveis e venerandas e as reputações mais dignas e exemplares. Os municipios republicanos, e em especial o de Lisboa, só teem feito desatinos e disparates, faltando aos deveres de cortezia para com o chefe do Estado e á obediencia ao Governo e ás leis e preceitos constitucionaes. As immoralidades, os abusos e os escandalos, campeiam por toda a parte. A carestia da vida e a ancia do goso e do luxo, não teem limites. As falsificações dos generos de alimentação publica e as roubalheiras em pesos e medidas não teem fiscalisação alguma. A jacobinagem impia e sacrilega que tudo invade e envenena, revolta-se contra as cerimonias do culto divino, tendo conseguido já a prohibição de procissões religiosas, allegando que estes actos de fé e de piedade christã são vergonhosos e que offendem os sentimentos dos liberaes . . . !!! Isto diz-se e consente-se n'um Paiz catholico!!! Entretanto, nos theatros publicos, representam-se revistas chulas e scenas indecorosas e infames, proferindo-se phrases quasi claramente obscenas, com applauso dos liberaes civilisados que assistem a esses espectaculos. Entretanto, nas livrarias, tabacarias e kiosques da capital, abundam as leituras corruptoras e perversas e as photographias descompostas e indecentes. Entretanto a prostituição de menores é cada vez mais numerosa, encontrando-se pelas ruas e praças da cidade, esses grupos de rapazes e raparigas de 5 a 13 annos, que se entregam ao deboche. Entretanto, prendem os pobres mendigos que pedem esmola e abandonam-se velhos invalidos, cegos, aleijados, orphãos e viuvas, em vez de se soccorrerem e ampararem, internando-se nos asylos de caridade.

Entretanto, as repartições publicas, abarrotam de empregados que nada fazem, a não ser comer, beber, passear e frequentar os theatros e as roletas. Muito havia que relatar ainda, mas não é necessario porque são coisas que todos veem. Esta é que é a moral e a civilisação dos modernos liberaloes.

Ora V. sr. Redactor, que conhece bem esta situação e que é dotado d'um espirito esclarecido e d'um caracter recto e justiceiro, diga-nos por quem é a sua opinião sobre o que se lhe affigura provavel ácerca dos destinos desta nossa infeliz Patria. Será possivel a regeneração e salvação deste Paiz perdido? Porque modo? Terá de haver muito tiro, muito sangue e muita lambada e agua á jarra para que tudo isto se corrija e faça entrar no direito caminho, ou iremos de tombo em tombo parar ás mãos do extrangeiro?

Falle sr. Homem Christo, porque ainda ha muitos milhares de pessoas que se interessam pelo bom futuro de Portugal e pela regeneração e felicidade da sociedade portugueza.

Pedindo a V. desculpa de lhe haver tomado tanto espaço.

Sou de V. admirador e assiduo

Leitor.

Lisboa, 27-3-910.

E que lhe hei de eu dizer? Eu sei lá o que lhe hei de dizer!

Se houvesse *gente*, eu dizia-lhe que não só era possivel como facil salvar este paiz. Oh, muito facil!

Mas eu sei lá se ha gente! Eu sei lá!

Vejo tudo cheio de medo e de cocoras.

A primeira coisa a fazer aqui é dar ás mãos ambas. Dar para baixo.

Mas quem dá? Quem é capaz de dar? Quem tem energia para isso? Firmeza? Coragem?

Santo Antonio nos valha!

CARTAS LISBOETAS

13 — Abril

Um artigo publicado ha dias no *Seculo* pelo sr. Samuel Maia sobre o desconhecimento que os portuguezes teem da sua propria terra contem algumas verdades aproveitaveis que convem sejam repetidas, doutrina verdadeira que requer divulgação e mereceria da attenção da critica, se houvesse critica n'este paiz de gente descuidosa e indolente.

Não é, nem poderia mesmo ser, nosso proposito analysar aqui o referido artigo, que parece ser o inicio d'uma serie que o seu auctor publicará sobre varios *factos minimos* da vida nacional, mas reportemo-nos a algumas das suas considerações que se nos affiguram acertadas.

Que é um erro affirmar falta de patriotismo a publicidade dos males que corróem o nosso organismo nacional, affirma-o o articulista collaborador do *Seculo* — e esta affirmação, que não é nova, convem que seja repetida para que todos se convençam de quanto ella tem de verdadeiro.

Falta de patriotismo? Mas, então, os que andamos nesta cruzada, havemos de querer fazer passar por bom o que não presta? Havemos, fazendo critica litteraria, de dizer que temos uma litteratura florescente; romancistas de alto valôr, poetas de raça, oradores e criticos, dramaturgos e contistas, quando basta olhar em volta para reconhecer que quasi não ha disso em Portugal?

Que sinceridade seria a nossa se, applicando á politica a nossa attenção de criticos viessemos affirmar que ás gerações coimbrans, educadas na rethorica das assembleias da academia, na incongruencia indigesta da sebenta, viciadas, amollentadas pelo servilismo dos *geraes*, se deve a prosperidade d'este paiz, de que ninguem pode duvidar? Que as nossas finanças estão em bom estado, que o nosso crédito é excellente e que, tanto no extrangeiro como no interior, a reputação dos nossos politicos como administradores é segura?

E o que se diz da republica das letras e da anarchia da politica diz-se da miseria da arte, de todas as artes e dos variados officios, que mostram, ás claras, que muito precisamos trabalhar para termos um logar entre os povos que se querem fazer passar por civilisados, se ha povos civilisados, se pode haver povos civilisados . . .

Incumbe, então, aos jornalistas o dizer a verdade, mostrar como *isto* é, e preparar o povo para comprehender que não podemos continuar assim, que é mister mudar de rumo, se queremos mudar de vida, se aspirâmos a apresentar-nos diante da Europa culta como tendo recolhido dignamente uma herança de seculos a pesar em nosso favôr na classica balança da historia.

Homens de juizos ligeiros, os nossos jornalistas ou, talvês melhor, os que em Portugal se querem fazer passar por jornalistas não descem ás discussões pormenorisadas, aos taes *factos minimos*, ás notas ligeiras, aos acontecimentos simples, aos pequeninos nadas que convem não perder nunca de vista no estudo conscienciоso do nosso modo de ser collectivo.

Escreve-se immenso neste paiz. Os jornalistas são aos punhados, rebentam pelo chão como os cogumelos. Os poetas não se podem contar, porque se perdia uma vida e não se acabava nunca. E os criticos, e os novellistas, e os contistas, e os impressionistas, e os pedagogistas e o diabo!

Escreve-se immenso neste paiz, mas — ha sempre um *mas* em todas as nossas coisas, na engrenagem burocratica ou fóra d'ella — o que se escreve não aproveita, nem, em regra, é de molde a aproveitar aos que leem, e os que leem, se veem alguma coisa, riem-se, ou não percebem e cáem no lôgro.

E' pobrissima a propaganda feita pelo livro ou, mesmo, pelo folhêto, e a obra das conferencias resultaria perfeitamente apagada sem o réclame das folhas. De sorte que os jornaes é que ficam em campo e não se diz, em regra, nos jornaes senão tolices, d'onde resulta a espessa crôsta de ignorancia que cobre este pôvo.

Nos jornaes desce-se, é costume descer-se, ás maiores baixêzas, como chantage, como réclame, chegando, por vezes os proprios elogiados a escrever o seu elogio, uma miseria que sendo revoltante é, ao mesmo tempo, desoladora e ridicula.

E então quando apparece, de longe em longe, um homem mais rijo, de penna mais vigorosa que entrando na liça, dispondo de uma bôa intelligencia ao serviço d'uma forte tenacidade, revolve as podridões, expõe as miserias, combate sem tréguas a especulação e a mentira, a transigencia, a cobardia, o vicio, se esse homem é sincero e deixa sahir em lettra redonda o que lhe accudiu aos bicos da penna no manuscripto, não faltarão moralistas escrupulosos a censurar a violencia da linguagem, as liberdades de expressão.

Violencias na linguagem! liberdades na expressão! Mas como não ha de ser violento o homem que escreve debaixo da impressão de uma grande indignidade que o revolta, de uma immensa infamia que o faz vibrar, de uma funda miseria que o enoja? Como pode esse homem falsear o seu pensamento, revestindo de forma agradavel a sua ideia?

E' a eterna historia do escrever de luva branca, a velha cantiga da linguagem de arrieiro applicadas em contraposição para exprimir os dois modos de ser oppostos do jornalismo dominante.

A luva branca! Mas como se ha de exigir prosa de luva branca a uma gente que só conhece as luvas de as vêr . . . nas mãos dos outros? Como se ha de exigir a um homem decente que calce umas luvas para discutir como uma regateira da praça?

A linguagem de arrieiro! Mas que culpa terá um arrieiro de quem quizeram fazer jornalista de não poder deixar de ser sempre, por mais que

se exprima, senão o mesmo arrieiro? E como ha de um homem illustrado, que conhece a sua lingua e sabe manejar uma penna, repellir as grosserias, castigar as insolencias do arrieiro que o apupa entre uma vozearia de garôtos, que o insulta com obscenidades, que se dá ares de o criticar em calão?

Não exageremos, não exijamos do arrieiro mais do que elle pode dar, não queiramos que ao arrieiro se dê mais do que elle merece.

De sorte que temos que assentar n'um principio, havemos de chegar a uma conclusão, que não pode deixar de ser a seguinte: cada um conforme as suas forças, para cada um segundo a sua condição — cada um dê o que pode, receba cada um o que merece.

Ha antinomia nas duas partes do principio? Apparentemente, talvez; no fundo, não ha.

Dando cada um conforme as suas forças, o que podesse, o homem illustrado daria obra de *luva branca* e o arrieiro apresentaria trabalho de arrieiro — não é verdade? Dava cada um conforme as suas forças.

Mas lá vem a segunda parte: para cada um segundo a sua condição, receba cada um o que merece — e teremos os homens de *luva branca* tratados de luva branca e os arrieiros como arrieiros. De sorte que para estabelecer o equilibrio a gente fina discutiria com a gente fina, e os arrieiros teriam de entender-se uns com os outros — não é assim?

Entende-se, é claro, parece que assim deveria ser.

Mas se o arrieiro salta com os seus improperios á perna do homem illustrado? Este ou tem de calar-se, porque, positivamente, não lhe ha de dar, como dizia o outro, ambrosia para receber carrascão, ou tem de responder-lhe, á lettra, meia duzia de arrieiradas, o purista tem de descer ao calão.

Não ha violencias de linguagem que se não justifiquem, não ha liberdades de expressão que não possam ser cabalmente explicadas . . . ainda que não seja senão attendendo á cathegoria de criaturas a quem são dirigidas.

Agora o que se não justifica, o que não pode, de modo algum justificar-se, embora de certa maneira se explique, e a explicação resulte, por vezes, bem facil, é a hipocrisia de certos jornalistas que se querem passar por gente séria, por gente fina, que se expremem para fazer estylo, dando-se ares de saber escrever, quando, no fundo, muito embora se revistam de vistosas roupagens rethoricas, não deixam de ser o garôto que, uma ou outra vez, se entremostra, o arrieiro que, de vêz em quando deixa vêr os dentes sujos e o gingar obsceno e a quem se ouve a voz avinhada no seu sotaque ordinario e o gargalhar insolito na sua expressão provocadora.

Para esses, sim, para os bonécos, para os cabotinos, para os insignificantes é que deve ir o nosso desprêzo, a nossa indifferença ou a nossa piedade, e não para os que combatem rijamente, por temperamento, por necessidade de momento, pela força da indignação ou pela qualidade do adversario.

Assim, esforcemo-nos por expulsar o arrieiro da imprensa, já que não podemos fazer do arrieiro um jornalista, eduquemo-nos, preparemo-nos para encarar de frente, com conhecimento de causa, os problemas que interessam, não só a nossa vida nacional, que é restricta, mas os que affectam a vida social dos povos cultos que todos os dias atiram atravez das fronteiras punhados de ideias que querem ponderação e estudo.

Então dispensaremos essa ridicularia da *luva branca* para escrever.

Cada um de nós dirá o que pensa, como souber, como poder, n'uma linguagem clara, sóbria, simples, de modo que todos comprehendam; a propaganda da imprensa terá sido radicalmente modificada e os resultados, pouco a pouco obtidos, não poderão deixar de ser valiosos e fecundos.

No entanto, convem não esquecer os *factos minimos* . . .

Belgavino

"Alexandre Herculano e Theophilo Braga„

. . . Sr. Redactor e Proprietario do *Povo de Aveiro*.

Ao ler no seu jornal de domingo ultimo a transcripção da carta em que, no *Diario de Noticias*, de Lisboa, o padre Senna Freitas traça n'uma synthese esplendidamente feita e, por certo, verdadeiramente sentida, o esboço moral e litterario do grande escriptor e do genuino portuguez que se chamou Alexandre Herculano, occorreu-me que não seria de todo descabido tornar bem publico tambem, para frisante contraste, o retrato do mesmo homem notavel escripto por um republicano — nada menos que por Theophilo Braga, aquelle a quem os seus correligionarios politicos ainda ha bem poucos annos, n'uma apotheóse digna de tão sublime corypheu das patrias lettras, deificaram como sendo o que, entre os maiores, era o — Primeiro Portuguez.

E' para tentar, na verdade, não lhe parece a V., o parallelo de opiniões sobre o mesmo homem, assignadas, uma pelo mais lidimo representante das *ideias vermelhas* em Portugal, outra pelo mais ferrenho adepto das *ideias negras* no mesmo alegre paiz?

Se V. julgar que, no presente momento historico e quando, adrede, procuram, por todos os modos e feitios, levantar entre nós a malfadada questão religiosa, no intuito de com ella beneficiar uma determinada facção politica, que, até hoje, só tem, miseravelmente, evidenciado a mais completa inépcia para tratar de questões publicas, não é para desprezar a reedição do mirifico trabalho do insigne Theophilo, não no todo, porque occuparia um espaço que deve ser preenchido por assumptos importantes, mas em algum dos seus trechos mais *candentes* e em que mais se manifesta a pureza da alma do seu auctor, vou passar a copial-os, para que, ao lado da carta do padre Senna Freitas, elles sirvam de licção em que se avalie da qualidade moral dos respectivos auctores.

O livro de que vou fazer os extractos foi publicado, em Lisboa, em 1880, (trez annos transcorridos sobre a morte de Herculano, note-se bem,) na Nova Livraria Internacioual, da rua do Arsenal, 96, intitula-se «Historia do Romantismo em Portugal» e é seu auctor, como, com todas as lettras, se lê na capa verde e no frontispicio, o *enorme* Theophilo Braga. Custava o volume 1$400; mas, annos depois e, de certo, para o editor esvasiar logar no armasem para publicação mais rendosa, foi vendido, pelas ruas, á razão de 300 reis cada exemplar, sendo por esse preço que eu adquiri um d'elles — que hoje não dou pelos 1$400 reis primitivos, porque a obra representa para mim a verdadeira *effigie psychologica* do extraordinario — Primeiro Portuguez — personificação real e impagavel do partido cujo idolo deve ter orgulho de ser . . . *Similia similibus* . . .

Os periodos, que, no todo ou em parte, mas sempre com a maxima exactidão, passo a copiar, occupam toda a segunda parte da obra, que abrange desde paginas 219 a 406.

Depois de referir-se á famosa carta de Herculano ácerca das *Conferencias no Casino*, Theophilo, no final da *parte geral* ou preambulo, escreve isto para mostrar quanto é sincero na genial apreciação, que vai seguir-se:

«Desde esse dia em diante (o da publicação da alludida carta) Herculano rompeu com a geração nova do seu paiz, e a esta competia retirar-lhe o poder espiritual, fazendo o processo critico da intelligencia e da missão do grande homem . . . Hoje, que os que o idolatraram em vida se esqueceram do fetiche (1) quando os convidaram para a subscripção de um monumento, hoje *sem paixões, nem violencias de combate*, deve-se avivar a obra de Herculano *com justiça e trazer á verdade o homem legendario.*„

E assumindo o papel de representante *da geração nova do paiz* (já em 1880!) o auctor entra em materia:

«O typo de Herculano indicava a sua naturalidade; havia na sua physionomia e no trato pessoal a secura do *saloio*» . . .

«A. H. com os seus 18 annos estava então no vigor da edade, e não contente de exaltar o rei absoluto como seu senhor, em odes e sonetos emphaticos, que lhe ia depositar nas suas mãos a Queluz, *filiou-se tambem n'um bando de caceteiros.* Esta phase da sua vida seria completamente desconhecida, se lhe não ficasse impressa na face uma cicatriz, cuja historia se repete oralmente . . . (2)

«Herculano, como não tinha em volta de si o estimulo d'essa geração enthusiastica da Universidade de Coimbra, não comprehendeu logo a verdade das doutrinas politicas que mais tarde viu e seguiu. H. conservou até ao fim da vida um certo despeito contra esta marcha dos primeiros passos politicos, *e á medida que os annos o faziam estacionar, voltava instinctivamente* para a preconisação do regimen absoluto, revelando-se como uma natureza descontente . . . A educação fradesca reflectiu-se em todas as suas obras. A comprehensão da liberdade nunca se elevou *no seu espirito* acima d'uma causa de grande perigo social, e para o homem que em Portugal propagou as formas de litteratura romantica, essa renovação era a consequencia de uma desorganisação moral . . . E' assim que se tornam explicaveis todas as contradições d'aquelle caracter, *aliás sempre sincero* . . .

«Em verdade H. é um grande poeta; os que o cercaram de admirações como historiador, desconheceram *ineptamente* a alta superioridade do auctor da *Mocidade e Morte* e da *Victoria e Piedade*, e por isso não poderam explicar porque é que H. *nunca escreveu senão prosa poetica* quer na historia critica, quer na polemica politica . . . (3)

«Depois d'estes versos (em que H. maldiz aquelle que intentar levantar o Mosteiro . . .) eloquentes de H., não se comprehende como empregou o seu estylo poetico fazendo reviver o sentimento de saudade pelas Ordens Monasticas. Era uma d'essas contradições tão frequentes nos caracteres *que não possuem uma disciplina philosophica em que se apoiem as suas opiniões*...

«A obra sentimental de H., a que elle chamou romances historicos, teve o grave defeito de uma idealisação de monachismo no momento em que a imaginação do povo portuguez tanto precisava esquecer esses bonzos que o haviam bestialisado . . .

«Casada (D. Maria II) então com o principe allemão D. Fernando Saxe-Caburgo, este não podia olhar com indifferença os partidarios da independencia pessoal da rainha; os Cartistas fasiam-se valer por este favoritismo do paço. Foi portanto em 1839, que Herculano sahiu nomeado por D. Fernando bibliothecario real das suas livrarias dos palacios da Ajuda e das Necessidades. *Herculano considerou esta graça como tendo-o posto a coberto nos seus meios de subsistencia* das vacillações dos partidos, que então se perseguiam, cortando-se mutuamente os vivéres . . .

"Durante esses terriveis quatro annos de despotismo cobralista, Herculano esteve a coberto com o favor do paço. Foi durante esses quatro annos que reuniu os materiaes e metteu mãos á obra da *Historia de Portugal* . . .

«Herculano não poude resistir ao prurido do romance historico *[influencia de W. Scott]* e como o bibliophilo Jacob com relação á historia de França, começou com menos recursos a romantisar a historia de Portugal: no *Panorama* publicou alguns pequenos romances baseados sobre a tradição colligida nas chronicas e nobiliarios, como o *Bispo Negro*, a *Dama do Pé de Cabra*, e a *Morte do Lidador*. Faltava a H. o contacto directo com a tradição viva do povo, e, como a um pintor de natureza morta, exaggerava as minucias para attingir o effeito da realidade; abusou dos archaismos excessivamente, pondo em circulação no romance a nomenclatura que seria melhor empregada como complemento do *Elucidario* de Viterbo. A historia de Portugal não era conhecida, e as tradicções populares, e as particularidades da vida provincial estavam bem longe de serem exploradas e observadas; *assim os romances historicos tanto podiam pertencer á epoca neo-gothica, como á epocha de D. João I, como ao periodo das navegações do Oriente.* Faltava um trabalho prévio de erudição sobre os costumes e vida domestica portugueza, analogo ao de Thomaz Whrigt em Inglaterra, e de Paul Lacroix em França. Apenas Garrett começara uma pequena exploração ácerca dos cantos populares portuguezes no seu *Romanceiro*. Como observaremos nas consequencias de toda a actividade litteraria de Herculano, elle *nunca teve* uma disciplina philosophica no seu espirito, além da logica dos Padres das Necessidades; por isso *faltava-lhe o poder de dar vida e movimento psychologico ás paixões, de metter em acção as lendas e de fazer fallar os personagens, de os definir pela logica ou condicionalismo dos caracteres.* E' este o lado inferior dos seus romances, e esta inferioridade explica-nos a sua incapacidade para as composições dramaticas, em que Garrett era tão eminente, e ao mesmo tempo *essa falta de graça, de fina ironia*, tão necessaria nas linhas descriptivas, tão indispensavel na invenção dos typos (4). O Mata-Galla ou o Doutor Pataburro, do *Monge de Cistér*, é a amostra do esforço violento de H. para ter graça. *A falta de verdade no sentimento*, por impossibilidade de exercer a analyse psychologica, levava H. a reproduzir os sentimentos romanescos que então predominavam nas fórmas exageradas do Ultra-Romantismo; como «homem de um só parecer», á Sá de Miranda, Herculano conhecia as suas paixões, *o despeito*, e todos os seus personagens são individualidades isoladas do seu meio pelo despeito, como Eurico, ou como Frei Vasco. A leitura da *Notre Dame de Paris*, de V. Hugo, que tomou de assalto as emoções da Europa em 1831, veio sobrepôr-se no espirito de H. á influencia de Walter Scott . . .

«Herculano reclama que a critica paia ser justa deve ponderar os *resultados* das suas tentativas (as do romance historico); os resultados foram essa dupla monomania do *romance historico* e do *drama historico*, que esgotou a quasi totalidade dos escriptores portuguezes do romantismo . . .

«As *imitações* que Herculano cita de Mendes Leal, Rebello da Silva, Andrade Corvo e Marreca *(O que foram portuguezes, Odio velho não cansa e Mocidade de D. João V, Anno na côrte e Conde de Castella)* (1) peccam pelas *mesmas qualidades*, e n'este sentido servem para a condemnação da obra de H., como *resultados* d'ella ...

«De facto são esses os principaes romances historicos produzidos depois das *tentativas* de Herculano e á parte o de Garrett *(Arco de Sant' Anna)* todos os outros são falsos no estylo, no sentimento, nos caracteres, sem vida, nem invenção, porque uns não tinham talento, outros não tinham philosophia. Herculano conservava profundas illusões acêrca da sua aptidão no romance historico, pensando que pondo algum nome historico conversando á maneira dos antigos dialogos dos mortos e entremeando a linguagem de archaismos, fazia reviver uma epoca, como a de D. João I no «Monge de Cister».

(Conclue.)

(1) Explendidos trabalhos historicos dos indicados auctores, citados por Herculano.

Objecto de adoração dos povos seluagens . . .

[As notas são do copista]

[2] No livro "Alexandre Herculano e o seu tempo„, de Antonio de Serpa Pimentel, "vem refutada esta asseveração, que, diz o auctor, "nunca ouvira dizer antes da leitura do livro de T. B.„ Outras refutações se encontram no mesmo livro aos *dizeres e apreciações criticas* de T. B.

[3] Serpa Pimentel (ob. cit.) diz que T. B. "applicou, para demolir a reputação de H., o processo que contra o proprio auctor tinha applicado o sr. Oliveira Martins na "Revista critica de litteratura moderna„ a proposito do seu *Cancioneiro e romanceiro geral portuguez*. O sr. O. Martins proclama o sr. T. B. um grande poeta para o condemnar como historiador, como critico e até como escriptor. O sr. T. B. pretendeu fazer o mesmo a Herculano . . . nem n'isto original . . .„

(4) A tal graça e fina ironia que faltavam ao pobre Herculano, superabundam, como se vê aqui e em todos os seus outros trabalhos ao seu eminente critico. isso e a *invenção*, de mais a mais . . .

Theatro Aveirense

Não podendo realisar-se presentemente a annunciada serie de recitas pela companhia zarzuella hespanhola da direcção de D. José Moron, espectaculos que se realisarão mais tarde, a Empreza Soares & C.ª acaba de fechar o contracto com a companhia completa do Theatro Carlos Alberto, do Porto, para representar no nosso theatro as tres peças mais applaudidas da actual temporada — *A Viuva Alegre*, *A Cigarra* e a revista *A's Armas!* . . . e que serão levadas á scena com o mesmo apparato de scenarios, guarda-roupa e mis-en-scene com que foram representadas n'aquella cidade e a cujo desempenho a imprensa se referiu com a mais elogiosas referencias.

Tres recitas, que se realisam nos dias 27, 28 e 29, na passagem da companhia para o theatro da Trindade, de Lisboa, toma parte a orchestra do "Carlos Alberto„, que se faz acompanhar da distinctissima harpista D. Adelaide Silva.

A assignatura está aberta na Tabacaria do sr. Augusto Carvalho dos Reis.

Segundo consta a Empreza manda illuminar o nosso theatro a luz electrica para mais brilhantismo das representações.

. . . *Sr. director do* Povo de Aveiro.

Acabamos de saber que ao inspector superior da alfandega do Porto, a quem nos referimos na nossa correspondencia de 28 de março passado, já foram superiormente mandados suspender os vencimentos, em razão da sua illegalissima situação. Chegou tarde, mas mais vale tarde do que nunca.

Só nos resta ver a solução definitiva e aguardaremos a opportunidade para voltar ao assumpto, se isso se tornar necessario.

Porto, 7—4—910

Um assignante portuense.

Provincias

Benavente, 4.

Não era necessario que o S. Paulo de pau preto viesse proclamar n'estas regiões, onde viceja a graminia democratica, como o escalracho em terra inculta a "Guerra! Guerra aos factos e guerra aos homens.„ (!!!)

A liberdade, egualdade e fraternidade que, só por escarneo, tremula na sua bandeira de reivindicações sociaes, são o calvario de toda a sua hypocrisia, são o calvario de toda a sua baixeza, são o calvario de todo o seu descredito! Entre a numerosa correspondencia que temos sobre a mesa de trabalho, encontramos uma carta, que reza assim! "Acautele-se! Um dia d'estes contaram-me que uns malandros quaesquer (o epistolografo devia dizer democratas, visto referir-se *a homens de bem* . . .) estavam a dizer que haviam de espancal-o. O Peliz dos Cordões anda a incendiar na *gravataria* o odio contra V. "E ainda não tinha visto a luz da publicidade a celebre *mixordia politica*, ad benaventenses, escripta para os democratas de couro curtido, já um espirito tacanho, enfatuado em Garibaldi de escalpello, se incommodava tanto com umas referencias elogiaosas a um padre, feitas por um correspondente de provincia, que transpoz uns bons kilometros, para prégar esta perigrina e *libaral* doutrina: — "Um padre nunca se elogia!

Faça o que fizer da-se-lhe sempre para baixo! Eu bem sei que o padre é altruista, mas é assim que elle vae estendendo a sua rede!„ Como são pequeninos com todas as suas prosapias, que lhes dá o ouro, sem o qual nunca valeriam uma lesma secca! . . . Já vê, sr. João Chagas, que o espirito de seita, que torna V. Ex.as repellentes, tirando-lhes toda a auctoridade moral, perante pessoas, que tenham dois dedos de intelligencia e honestidade, tem aqui boa cultura que o que o sr. perdeu o seu latim querendo ensinar o Padre-Nosso ao Vigario . . . Mas nós havemos de seguir, demoradamente, a sua *Mixordia Politica* a par e passo, a qual ainda não conceguiu fazer-nos chorar, mas rir, de si, o dos que o tomam a serio . . . Somos pessoa versada em mysterios, como deve calcular, e, por isso, por muito especial deferencia, levantaremos a pontinha do veo, que envolve algaus, que lhe teem posto em dezordem os seus *neurones* (V. Ex.ª que conhece o rebenta cabrestos do Bombarda, deve ter d'estes bichos...)

(Continua)

Senapis.

—†—

Villa Nova d'Ourem, 4

No jornal o *Seculo*, do dia 1 do corrente, vem uma local em que se fazem umas accusações torpes e odiosas contra os dignos magistrados judiciaes d'esta comarca, e á falta d'argumentos seguros, vem o vil canalha por meio da calumnia querer intrigar a justiça d'aqui, com uma enxurrada de mentiras, á altura do trapaceiro que as mandou escrever.

O que nos parece impossivel é como certa imprensa que se diz séria, para servir a causa que já por vezes abandonou, deixe que nas columnas do seu jornal, vá qualquer infame vomitar quantos insultos lhe apetece, acobertados com o anonymato.

Historiemos o facto para que a lama com que certos canalhas pretendem salpicar a tóga de dois magistrados dignos e indepentes, báta de recochete na cára impudica de quem não tem a coragem de assignar o que mandou escrever:

Haverá dois annos foi assassinado Bernardino Pião, do Fárrio, e o assassino evadiu-se para o estrangeiro e até hoje não consta que tornasse a aparecer, mas ninguem ignora que a viuva foi intimada para dar testemunhas, dando só cinco e segundo confissão d'ella, não deu mais por dizer que as não tinha: e se o assassino ainda não está pronunciado é porque a lei exije oito testemunhas, para a querella.

Os assassinos de João Vaz, andam a monte e diz o sujo escrevinhador, que ainda não estão pronunciados, pois devia o patife saber (porque bebe do fino em negocios de justiça) que se não estão pronunciados é pela falta do cumprimento d'uma deprecáda d'aqui ás justiças, de Lisboa.

Os quatorze homens da Fatima, que foram presos por causa do assassinato do mendigo, foram postos em liberdade por se provar pela autopsia que o homem tinha fallecido em resultado d'uma congestão.

Com respeito ao gatuno pataqueiro, que é o que mais lhe dá no goto, ao safádo pelintra, esteja descançado que ainda falta muito tempo para a prescripção, e *ainda que injustamente é possivel que veja a sua obra consumada.*

Por ultimo o farçante chóra lagrimas de crocodilo sobre o caso da pobre rapariguinha, que diz victima de calumniosa accusação se viu envolvida n'um processo que para se salvar d'elle apresentou um documento em que provava que havia mais de trez annos estava em Thomar, documento que só o vil intrujão viu, diga o refinado velhaco que a tal rapariga veio de Thomar apresentar-se para responder; e assim salvar a irmã do mesmo nome, enganando os magistrados alheios, a taes manejos. A esta substituição tambem o pelintra não deve ser extranho, pois ha quem affirme que foi o auctor da peça,

Para fechar-mos a nossa correspondencia, diremo que o indecoroso patife accusa o autor da queixa dáda contra a tal rapariga de ter altas protecções locaes e politicas! patife! que protecção pode ter aqui, onde quasi tudo é monarchico, um vogal substituto da commissão municipal republicana? Tartufos! . . . a calumniarem os collegas do . . . centro.

Diz mais o pantomineiro que o sr. dr. Delegado, disse á mãe da rapariga que tinha de ser parte no processo, quando por informações que temos seguras, sabemos que ella apresentou um requerimento *requerendo* corpo delicto, e foi n'essa occasião que o digno agente do Ministerio Publico, em vista da forma como estava redigido o requerimento era para lhe ser parte, ... percebe? ou faz-se parvo?

Escusa de se esconder debaixo do anonymo porque pelo dédo se conhece o gigante e mesmo pelo dictado, *cesteiro que faz um cesto faz um cento.*

—†—

Belmonte, 6

Já por duas vezes tive a honra de escrever a V. excitando-o sempre a continuar n'essa ardua tarêfa de saneação.

Uma foi quando lhe escrevi para me considerar assignante do seu mui lido campeão da moralidade e da justiça, outra para me considerar no numero dos que desejam tambem o volume sobre a revolta do Porto.

Todas as semanas o jornal de V. vem apontando novos casos que se dão com muitos funccionarios publicos d'este desgraçado paiz e que são a vergonha de nós todos.

Como esse que narrou com a epigraphe —pau de dois bicos— temos muitos, tomando por exemplo o que se dá n'este concelho de Belmonte, com o sr. Secretario da Administração que passa dias e dias sem apparecer na Administração e nos dias em que apparece é ao meio dia e uma hora da tarde, muitas vezes não esperando pelas trez horas para sahir, sem que o sr. Administrador o metta na ordem.

Tudo isto em prejuizo de muitos desgraçados que abandonam os seus trabalhos para virem tratar dos seus negocios e terem de voltar dias e dias.

Quem, senhor director, indemnisa estes desgraçados dos dias que perdem?

Dirá talvez v.; mas que faz esse cavalheiro para não ir todos os dias á repartição?

Que faz? Fica na sua terra, [pois que elle não reside aqui] á frente dos trabalhadores que traz nas suas propriedades.

Já vê v., que primeiro é preciso tratar das batatas.

E a repartição?

Ora a repartição, bólas! . . .

Quem fôr que espere ou volte outro dia,

Desculpe-me v. se vou roubar-lhe a attenção de outro assumpto mais importante.

Um assignante e leitor assiduo do seu popularissimo jornal.

C.

O Povo de Aveiro

Vende-se

Aveiro—Kiosque Souza, Praça de Luiz Cypriano.

Lisboa—Tabacaria Monaco, Rocio; Kiosque Elegante, Rocio; Tabacaria Neves, Rocio; Tabacaria Marécos, Rua do Principe 124, em frente do Avenida Palace; Tabacaria Felismino Paulo, Rua da Prata 205-207; Tabacaria Ingleza, Praça do Duque da Terceira (Caes de Sodré) 18; Antonio Loureiro, Calçada da Estrella, 59; Tabacaria Batalha, Calçada da Estrella 15; Tabacaria Portugueza, rua da Prata, 16; Tabacaria Rafael dos Santos, rua do Ouro, 124; Tabacaria Boeage, Praça de D. Pedro 36; Havaneza Central, Praça de D. Pedro, 59; João Teixeira Frazão, Rua do Amparo, 52; Alfredo Lourenço de Sá, Rua do Livramento 103; Kiosque Oriental, Praça Duque da Terceira; Tabacaria Viegas, Rua dos Poyaes de S. Bento, 102 a 104; Nuno J. C. Feijós, Rua Poaes S. Bento 141; F. Gonçalves, Rua de S. Bento, 181; A. Ponte Ferreira, Rua Conde Redondo 133 Bairro de Camões; Havaneza aos Paulistas, Calçada do Combro 113; Tabacaria Godinho, Calçada da Estrella, 25; José dos Santos, Rocio, 108; Eduardo Augusto, Rua de Belem, 102 e 103; J. D. Ferreira, Rua Saraiva de Carvalho, 105 B.; João Rodrigues Mattos, Rua dos Cavalleiros, 97; Antonio Marques, Rua da Esperança, 210; José Francisco Martins, Largo do Calhariz, n.º 4; José Pires Gonçalves, Rua da Magdalena, 188-190; Kiosque Largo de S. Roque; Tabacaria Amelia, Rua de S. Pedro d'Alcantara, 47. Manuel Loureiro do Prado, Rua do Possollo, 27.

PORTO—Tabacaria José Teixeira, Praça de D. Pedro, 9 e 10; Tabacaria Vieira da Cruz, rua de Santo Antonio; Tabacariade C. A. Guimarães, Rua Formosa, 290 A; Antonio Pinto Praça de D. Pedro, 20; Alfredo Ribeiro da Costa, Rua da Lapa, 15-16.

Espinho—Kiosque Reis. **Molta do Ribate o**—João Baptista Mouro. **Vizeu**—Kiosque do Rocio. **Chaves**—Annibal de Barros. **Villa Real**—Kiosque Trindade. **Alvorninha**—Paulino da Silva Mendes. **Alpedrinha**—Manuel dos Santos Tarouca. **S. Domingos de Carmões**—Joaquim Marques de Carvalho Junior. **Seixal**—Prefiro Ferreira. **Villa Velha de Rodam**—Antonio da Cruz Pinto. **Mangualde**—Bento d'Almeida Campos. **S. Thiago de Cacem**—Joaquim Gervasio. **S. Pedro do Sul**—José Augusto d'Almeida. **Fáro**—Francisco Matheus Fernandes. **Evora**—Marcelino Anthero Calça, Rua da Sellaria 19-21. **Cascaes**—José Jacintho D. Cabral, Tabacaria Aurea. **Villa Nova de Baronea**—José Custodio Figueira. **Cortegana**, Alemquer—João dos Santos Pereira. **Paderne**—**Algarve**—Antonio Anacleto d'Oliveira. **Torres Novas**—João Rodrigues Sentieiro. **Amarelela**—**Moura**—Manuel Frade. **Castello Branco**—Vende-se pelas ruas. **Montemór o Novo**—Fortunato Reina o. **Tondella**—Mario do Carmo. **Pedrogam Grande**—Adelino Lourenço dos Santos. **Idanha a Nova**—Christiano Pereira Barata. **Ançã**—José da Costa Neves. **Braga**—José Gomes da Silva, Campo de S. Thiago, 24. Kiosque Conçalves. **Taboa**—Francisco da Costa Carvalho. **Monsão**—João da Silva Guimarães. **Figueiró dos Vinhos**—José Miguel Fernandes David **Pinhel**—Estabelecimento de D. Josephina da Silva Torres **Vianna do Castello**—No estabelecimento de Boaventura José de Carvalho; José Antonio d'Araujo Junior, Rua 8 de Maio, 122. **Lamego**—Joaquim Valente. **Castello Novo** (Beira Baixa) João Pereira dos Santos **Elvas**—Luiz Samuel da Silva. **Povoa**—José Couto Segundo, **Agueda**—Eduardo dos Santos Trinta. **Covilhã**—João Pereira Saraiva. **Figueira da Foz**—João Palhas, Mercado n.º 8. **Santa Cruz da Graciosa**—Antonio Ernesto Esteves. **Fundão**—Manuel Gonçalves Anacleto. **Guarda**—José Antunes de Figueiredo. **Cadaval**—Antonio Lopes Leal. **Sobral de Mont'Agraço**—Arthur Carvalho. **Moura**—José Fragoso de Lima Nunes. **Macieira de Cambra**—Domingos d'Albergaria **Alcochete**—Joaquim Valentim **Santarem**—Vende-se nas ruas **Cezimbra**—Antonio José Pereira. **Angeja**—José Maria Martins dos Santos. **Castello de Vide**—Antonio Lourenço Veliz. **Villa do Cano**—Antonio Martins Florentino. **Serpa**—Celestino Alhinho. **Louzã**—Adelino P. Erse. **S. Bartholomeu de Messines**—A. Cabrita do Rosario. **Mattosinhos**—Agencia Lusitana, Rua Roberto Ivens **Coimbra**—Tabacaria Central, Rua Ferreira Borges 27; Casa Feliz, rua Infante D. Augusto. Polonia Palhas, Rua Borges Carneiro 6. **Alcobaça**—Antonio Vazão. **Gouveia**—Manuel A. Manta, Rua Braamcamp. **Leiria**—Jayme Monteiro. **Portalegre**—João Gervasio Coelho, Largo da Sé. **Vendas Novas**—Joaquim Maria de Andrade—o *Varino*. **Setubal**—Manuel Tavares. **Arronches**—Miguel Maria. **Villa Nova d'Ourem**—Antonio José Pereira. **Vianna do Alemtejo**—Joaquim Antonio Carvalho. **Sattam**—José da Cunha Marques. **Escalhos de Cima** (Beira Baixa)—Miguel Maria Tavares. **Lagôa**—(Algarve)—Manoel Rodrigues Rogado. **Villa Viçosa**—Luis Fillippe d'Abreu. **Bragança**—Manuel Benito. **Funchal**—Francisco de Senna Lisboa Kiosque da Constituição. **S. João da Madeira**—Venda pelas ruas. **Oliveira d'Azemeis**—Venda pelas ruas. **Albergaria-a-Velha**—Venda pelas ruas. **Porto de Móz**—José Henriques. **Alandroal**—Armando Tavares de Moura Palhas, Pharmacia Caeiro. **Thomar**—Joaquim da Costa Carvalho. **Alemquer**—João Matheus da Silva Brito, Rua Direita. **Fáfe**—Almeida Guimarães & Alves. **Benavente**—Manuel Dias Varandas. **Monte Estoril**—Gare. **Pavia**—José Couto Segundo. **Cabanas**—Julio Requixa. **Ponta Delgada**—Antonio Pacheco de Teves, Rua do Frias, 29.

BRAZIL

Rio de Janeiro—Centro de Publicações de Gianlorenzo Schettino, Travessa do Ouvidor.

Manaus—Agencia Freitas.

Belem do Pará—Centro de Publicações.

LOTERIA DA Santa Casa da Misericordia de Lisboa

100:000$000 RS.

EXTRACÇÃO a 10 de junho de 1910

BILHETES A . . . . . 40$000

VIGESIMOS A . . . . . 2$000

A thesouraria da Santa Casa incumbe-se de remetter qualquer encommenda de bilhetes ou vigesimos, logo que seja recebida a sua importancia e mais 75 réis para o seguro do correio.

Os pedidos devem ser dirigidos ao thesoureiro, á ordem de quem devem vir os vales, ordens de pagamento ou outros valores de prompta cobrança.

A quem comprar 10 ou mais bilhetes inteiros desconta-se 3 0[0 de commissão.

Remettem-se listas a todos os compradores.

Lisboa 11 de abril de 1910.

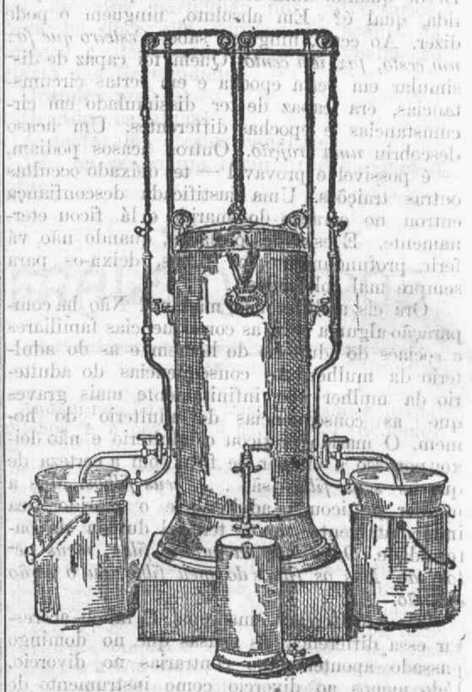
O thesoureiro,

L. A. d'Avellar Telles.

A. Anselmo & C.ª

20, LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA



Canalisações para agua, gaz e acetylene. Gazometros para acetylene em chapa de ferro chumbada, com um e dois geradores, os mais praticos, solidos e economicos

Absoluta segurança e simplicidade no funccionamento. O mais perfeito purificador até hoje conhecido. Accumulador interior. Carboneto dividido em secções. Gazometros para bordo. Montagens garantidas e economicas.

Pedir preços e condições a

A. ANSELMO & C.ª

LARGO DE S. DOMINGOS, 20

LISBOA